

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MIRNA CARRIEL CLETO

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL

**Um olhar sobre as vivências dos (as) acadêmicos (as) da UFPR –
Setor Litoral**

MATINHOS

2014

MIRNA CARRIEL CLETO

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL

**Um olhar sobre as vivências dos (as) acadêmicos (as) da UFPR –
Setor Litoral**

Monografia apresentada no Curso de Serviço Social da UFPR – Setor Litoral como requisito parcial para conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Nadia Terezinha Covolan

MATINHOS

2014



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
UFPR Litoral




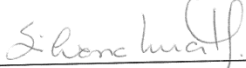
ATA DE DEFESA DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Doutora **NADIA TEREZINHA COVOLAN**, realizaram em **06/05/2014** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **MIRNA CARRIEL CLETO**, sob o título **"ESTÁGIO OBRIGATORIO EM SERVIÇO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE AS VIVÊNCIAS DOS (AS) ACADÊMICOS (AS) DA UFPR – SETOR LITORAL."**, para obtenção do Título de **BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL** pela Universidade Federal do Paraná, tendo a estudante recebido conceito **"APL"**.

Matinhos, 06 de maio de 2014.


Prof.^a. Dra. Nádia Terezinha Covolan


Prof. MSc. Neilor Vanderlei Kleinubing


Prof.^a. Msc. Silvana Marta Tumelero


Mirna Carriel Cleto
Estudante

Conceitos de aprovação
APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação
APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



Às filhas mais amadas

Ao meu grande companheiro de vida

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Nádia Terezinha Covolan, minha incentivadora e maior inspiração, grande mestre na profissão e na arte de viver.

Registro aqui minha profunda admiração e gratidão a essa pessoa tão especial, que com seu altruísmo e ética profissional, me proporcionou o melhor da minha formação acadêmica, através do seu profundo conhecimento e sensibilidade.

Gratidão minha querida “Guru”, orientadora de Projeto de Aprendizagem (PA) e de TCC, por todo aprendizado.

Agradeço a todos (as) os (as) professores (as) do curso de Serviço Social.

Às minhas filhas **Isabela** e **Amanda**, que me proporcionam um aprendizado diário, através da Divina experiência de “ser mãe”.

Grata pela compreensão que tiveram nos momentos de ausência, pelo amor incondicional e por despertarem o melhor de mim. Vocês dão sentido à minha vida.

Para a concretização deste sonho que hoje se confirma com a graduação em Serviço Social, recebi o apoio, incentivo e força de muitos (as) amigos (as), familiares e professores (as) aos quais serei eternamente grata.

GRATIDÃO! SEMPRE!

"Há esperanças que é loucura ter...
Pois eu digo-te que se não fossem essas, já eu teria desistido da vida."
José Saramago, 1998

RESUMO

Esta é uma pesquisa quali-quantitativa sobre o estágio obrigatório em Serviço Social. Abordamos as vivências de doze pessoas, entre formandos (as) e egressos (as) do curso de Serviço Social do setor litoral da UFPR, em seus campos de estágio, durante o período de cumprimento da carga horária exigida para a conclusão da graduação. Refletimos e discutimos sobre inquietudes e aprendizados experimentados a partir dos acompanhamentos e observações aos atendimentos realizados por assistentes sociais e demais profissionais que compõem as equipes nos campos de estágio. Para tanto, aplicamos questionários com questões fechadas e semiestruturadas, e essas respostas foram cotejadas com literatura pertinente. A categoria vivência perpassa nosso estudo, pois entendemos, conforme Dilthey, que a mesma impacta epistemologicamente, já que contém em si as categorias teóricas do conhecimento como formas da realidade objetiva. Os resultados apontam para a diversidade das experiências, para a carência de discussão sobre esse tema fundamental para a formação profissional dos e das estudantes, e para a necessidade premente de pensar mais profundamente a articulação entre Instituições, Serviços Socio assistenciais e Universidade

Palavras-chave: Serviço Social, Estágio obrigatório, vivências.

ABSTRACT

This is a qualitative and quantitative research on the compulsory internship in Social Work . We address the experiences of twelve people , including trainees (as) and graduates (the) course of Social Service coastal sector UFPR in their fields of probation, during the period of performance of the workload required to complete graduation . Reflect and discuss concerns and learning from experienced accompaniments and observations to the services performed by other professionals that make up the teams in the fields of probation and social workers. To this end, we applied questionnaires with closed and semi-structured questions, and these answers were collated with relevant literature. The experience category permeates our study , as we understand , as Dilthey , that it impacts epistemologically , it contains within itself the theoretical categories of knowledge as forms of objective reality . The results point to the diversity of experiences to the lack of discussion of this crucial to the training of students and the theme , and the pressing need to think more deeply the relationship between institutions , universities and social assistance services .

Keywords: Social Services, mandatory internship experiences .

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB	Norma Operacional Básica
NOB/H	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
PA	Projeto de Aprendizagem
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Política Nacional de Estágio
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

LISTAS DE QUADROS

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS À UFPR COMO CAMPO DE ESTÁGIO NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE.....	26
QUADRO 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS (O) PARTICIPANTES POR TURMAS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	30

LISTAS DE FIGURAS

FIGURA 1 - ENTREVISTADOS (AS) REALIZARAM SEUS ESTÁGIOS CURRICULARES OBRIGATÓRIOS EM SERVIÇO SOCIAL	32
FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ONDE SE REALIZARAM OS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS	32
FIGURA 3 - SIGNIFICADO DA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO PARA AS (O) PARTICIPANTES	34
FIGURA 4 – CONHECIMENTO SOBRE AS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS À UFPR – SETOR LITORAL, PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS POR ELAS PRESTADOS.	37
FIGURA 5 – CONTRIBUIÇÕES DAS ABORDAGENS TEÓRICAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O CURSO A RESPEITO DOS CAMPOS DE ESTÁGIO	38
FIGURA 6 – COMO TERIAM AS (O) ENTREVISTADAS (O), SE SENTIDO FRENTE AS DEMANDAS TRAZIDAS PELOS USUÁRIOS.	41
FIGURA 7 – PERCEPÇÕES APÓS PERÍODO DE ESTÁGIO.....	42
FIGURA 8 – AVALIAÇÃO DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA SEGUNDO ENTREVISTADAS (O)	44
FIGURA 9- AVALIAÇÃO SUPERVISÃO DE CAMPO SEGUNDO ENTREVISTADAS (O).	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO NO SERVIÇO SOCIAL	16
1.1 O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E O CONTEXTO NA UFPR – SETOR LITORAL..	17
1.2 CAMPOS DE ESTÁGIO	20
1.3 A CATEGORIA VIVÊNCIA E O ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL.....	27
CAPÍTULO II	
VIVÊNCIAS E RELATOS.....	30
2.1 PERFIL DOS (AS) ENTREVISTADOS (AS).....	30
2.1.2 Características Pessoais	31
2.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO SOBRE OS DADOS DA PESQUISA	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA.....	52
ANEXOS	54
APÊNDICES	56

INTRODUÇÃO

A inspiração para a construção deste trabalho surge a partir das inquietações vivenciadas no campo de estágio obrigatório do curso de Serviço Social da UFPR – Setor Litoral, no período da graduação – 2010/2014.

Conforme nos diz Buriolla (1996), o estágio é um espaço de aprendizagem, uma espécie de campo de treinamento do fazer concreto do Serviço Social, no qual acontecem situações de atividades que propiciam a aprendizagem profissional. Assim, é fundamental a sua organização de forma que se torne um “lócus” onde o (a) aluno (a) iniciará a construção de sua identidade profissional; e é neste momento privilegiado que o (a) aluno (a) tem a possibilidade de reflexão crítica sobre a ação profissional, essencial à sua formação.

Buriolla (1996) investiga ainda, em seu texto, temas relacionados com as condições das instituições receptoras, supervisão e informação, que consideramos pertinentes também abordar nesse trabalho.

Neste sentido, Pinto, citando os estudos de Bordenave sobre o processo de aprendizagem, menciona que no estágio também estão presentes:

[...] sentimentos de curiosidade, tensão, ansiedade, angústia, entusiasmo, frustração, alegria, emoção estática, impaciência, obstinação, e várias outras emoções que acompanham o processo de perceber, analisar, comparar, entender, etc., que configuram o processo de aprender (BORDENAVE *apud* PINTO, 1997, p. 58).

Isso posto, por ocasião do estágio obrigatório, observamos que as possibilidades do campo de estágio em Serviço Social extrapolavam os conteúdos formativos para adentrar às áreas menos óbvias, mas não menos densas, relacionadas com a interpretação de conteúdos pessoais, expectativas, frustrações e realizações, surgidas a partir das vivências e observações feitas durante os atendimentos realizados pelos (as) profissionais de Serviço Social e demais profissionais que eventualmente compõem as equipes técnicas das instituições receptoras; atendimentos estes, ofertados às famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.

A partir da nossa experiência de estágio, emergiram sensações conflitantes, especialmente em função da dicotomia, que muitas vezes se apresenta entre a

realidade e as limitações do fazer profissional, e não raramente, da constatação da precariedade e/ou ineficiência na garantia de acesso aos direitos previstos em leis, estatutos e tipificações dos Serviços Socioassistenciais, em relação à teoria apreendida na Academia.

Assim, considerando a relação entre estágios e vivências, o fato do nosso curso de Serviço Social ser um curso jovem (2006), e a insuficiência desse debate na profissão, buscamos aqui compreender mais profundamente esse tema, confrontando vivências pessoais, individuais e coletivas. Nesse contexto, a categoria vivência permeia todo o trabalho.

Consideramos, conforme Dilthey (1833-1911), que vivência é a versão microscópica da vida e contém todas as categorias da realidade e da objetividade; ou seja, a vivência é a vida reduzida, e fidedignamente dela representativa. Esse autor argumenta que a vivência encerra a própria vida e constitui a zona limite do conhecimento. Nesse sentido, as pessoas e os objetos tem significado e valor, na medida em que portam potencialmente nossa felicidade ou desgraça, alegria ou tristeza. (AMARAL, 2004). Sendo assim, entendemos que no contexto do estágio curricular obrigatório importa tudo que é vivenciado. Esse tempo/espço possibilita significativamente para que o (a) graduando (a) se apodere do significado social da profissão e construa sua própria identidade profissional.

Ao realizarmos uma busca não exaustiva sobre o tema estágio obrigatório, percebemos, (como afirmam as autoras, Tatiana M. C. Souza, Cirlene Ap. H. da Silva Oliveira e Cléria M^a L. B. Pucci, no texto *Políticas de Estágio e o Contexto do Serviço Social*), que há uma lacuna na compreensão do estágio e seu papel na formação profissional, além de uma falta de espaço na discussão contemporânea acerca do estágio supervisionado.

Ademais, nos identificamos com as colocações das autoras, a respeito do fenômeno educativo que ocorre entre estagiário e supervisor durante este processo, quando afirmam que:

[...] é uma ação para intercâmbios de significados e sentimentos, de maneira em que há construção de conhecimentos por meio de pensamentos, ações e sentimentos. Nossa prática sustenta a percepção que a garantia de um contexto que considere os aspectos afetivo-emocionais, expressos pela intersubjetividade, revela-se também como garantia de um diferencial, um salto qualitativo no processo de formação profissional. (SOUZA; OLIVEIRA; PUCCI, 2010, p.151-152).

Desta forma, considerando nossas sucessivas aproximações com a realidade, observadas junto aos (as) usuários (as) e familiares durante os atendimentos de média e alta complexidade, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e na Casa da Criança e do Adolescente (CCA), elaboramos algumas questões norteadoras para a elaboração deste trabalho:

- Que elementos das vivências pessoais, individuais e coletivas, emergem no período de realização do estágio obrigatório em Serviço Social, no setor litoral da UFPR?
- Quais das vivências compartilhadas se assemelham ou diferem nos campos de estágio?
- Como se estabelecem as relações entre estudantes, assistentes sociais (supervisores de campo) e usuários (as) durante esse período, compondo este cenário onde estão presentes diversos atores, com diferentes papéis, expectativas e demandas?
- O que se desvela de importância e sentido nessas vivências, para a prática da Assistência Social?
- Que elementos contribuíram para a análise da conjuntura de estágio na região de atuação?
- O envolvimento emocional interfere no processo de aprendizagem e vice versa?

Sendo assim, diante da amplitude e das possibilidades das vivências nestes espaços socioinstitucionais, intensificados pela convivência diária durante os atendimentos realizados, não podemos deixar de considerar as complexidades das histórias de violência intrafamiliar/doméstica, abandono e miséria; e nesse bojo, as reflexões e inquietações que as mesmas provocam nas pessoas que estão envolvidas neste processo, mesmo no papel de observadores (as).

Dessa forma, afirmamos, a neutralidade é um mito. Quem pode se manter distante e imparcial nesses contextos? Afirmamos ainda, que sentimentos carregam posicionamentos políticos, e nesse sentido, passamos a expor nossos objetivos.

Refletir e discutir sobre as vivências dos (as) estagiários (as) do curso de Serviço Social da UFPR durante o cumprimento do estágio curricular obrigatório.

Cotejar as vivências relatadas com a literatura pertinente, abordando o estágio obrigatório em Serviço Social, e em particular o do curso da UFPR Setor Litoral.

Contribuir para a discussão do tema estágio e vivências, na Academia. Para tanto, descrevemos a metodologia abaixo.

Esta é uma pesquisa quali-quantitativa, que parte de revisão bibliográfica pertinente, cotejada com os relatos obtidos por meio de entrevistas e aplicação de questionários, aplicados aos (as) graduandos (as) e graduados (as) egressos (as) do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em janeiro de 2014.

Para o desenvolvimento deste estudo, realizamos pesquisa bibliográfica, por meio da leitura de livros, artigos e trabalhos acadêmicos pertinentes ao tema, nos quais fundamentamos nossa pesquisa. No processo de estudo, realizamos pesquisa documental, que consistiu na leitura do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFPR, do Regulamento de Estágio Supervisionado em Serviço Social, bem como as leis gerais e específicas que normatizam esta atividade. Neste contexto, identificamos os campos de estágio que mantêm convênio com a UFPR, conforme demonstraremos no Capítulo 1.

Para alcançar nossos objetivos, elaboramos questões subjetivas e objetivas que foram respondidas por onze entrevistadas e um entrevistado; dentre eles, graduandas do curso de Serviço Social turma 2010 e egressas (o), das turmas 2006, 2007 e 2008, todos (as) do Curso de Serviço Social da UFPR.

As questões foram encaminhadas por e-mail, em dezembro de 2013, respeitando-se as normas da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, relacionadas ao consentimento informado e confidencialidade (Apêndice 1). As questões estão elencadas no Apêndice 2.

Assim, este trabalho consta dessa introdução, do primeiro capítulo onde abordamos os estágios e categorias pertinentes, um segundo capítulo onde cotejaremos as respostas da pesquisa com a literatura, e a seguir, as considerações finais, onde também sugerimos futuros trabalhos.

CAPITULO I

O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO NO SERVIÇO SOCIAL

O Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social objetiva possibilitar ao (a) aluno (a), através do ensino da prática, aliar toda fundamentação teórico-metodológica, técnico-instrumental e ético-política apreendidas na academia à realidade do mercado de trabalho através das vivências nos campos de estágio.

Segundo o art. 1º da Lei 11788, o estágio é entendido como o ato educativo escolar supervisionado que objetiva a preparação para o trabalho produtivo dos acadêmicos que estejam frequentando o ensino regular em Instituições de Ensino Superior, de Educação Profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade Profissional da Educação de Jovens e Adultos.

A partir do V período da graduação em Serviço Social, se inicia o Estágio Curricular Obrigatório, sendo este, dividido entre Estágio Obrigatório I e II.

As políticas brasileiras de estágio passam a normatizar esta etapa da formação profissional a partir do ano de 1977, com sucessivas leis e decretos (Lei 6.494/77, Decreto 87.497/82, Lei 8.859/94, Lei 9.394/96, Decreto 2.080/96, Lei 11.788/08). Desde esse período, o estágio é definido como sistema de treinamento prático do estudante, visando formação de habilidades técnicas e atitudes psicológicas requeridas pelo mundo do trabalho. (SOUZA; OLIVEIRA; PUCCI, 2010).

Considerado elemento fundamental no processo formativo desde a fundação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, na década de 30, o estágio curricular obrigatório pretende incrementar esse processo de aprendizagem da prática profissional, garantindo assim maiores possibilidades e oportunidades de reflexão, criticidade e pró-ação à formação.

Nesse contexto, concordamos com Iamamoto (2006), ao considerar o estágio como um espaço privilegiado que proporciona o contato direto dos (as) acadêmicos (as) com o cotidiano institucional no mercado de trabalho e com as experiências de trabalho desenvolvidas por assistentes sociais e outros profissionais afins.

Nas palavras da autora, ao abordar o processo de estágio na formação acadêmica no Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, nos diz que:

O estágio é concebido como processo de qualificação e treinamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do aluno, inserido no campo profissional, em que realiza sua experiência de aprendizagem sob a supervisão direta de um assistente social, que assume a função de supervisor de campo. O acompanhamento acadêmico do estágio é uma atividade integrada nos Núcleos, realizado por um(a) professor(a) de Serviço Social nele integrado, responsável por ministrar Oficinas de Supervisão (I a IV), assumindo o papel de supervisor acadêmico. O acompanhamento acadêmico do aluno é complementado pela supervisão integrada, realizada periodicamente pelo conjunto da equipe de cada Núcleo (supervisores acadêmicos, supervisores de campo, outros docentes e pesquisadores). (IAMAMOTO, 2006, p.290).

Entretanto, os debates sobre a formação profissional e as revisões atinentes ao ensino da prática estariam sendo colocadas a um plano secundário, com reincidentes constatações, ainda que pouco qualificadas e imprecisas, quanto à falta de articulação entre teoria e prática e à carência de instrumentalização técnico-operativa nos cursos. A dimensão prática assume, dessa forma, uma posição residual e de pouca relevância na produção acadêmica especializada. A autora coloca a mediação entre o “ensino teórico” e o “ensino da prática”, como um dos problemas centrais no cenário da formação em Serviço Social no Brasil. (IAMAMOTO, 2006).

1.1 O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E O CONTEXTO NA UFPR – SETOR LITORAL

O curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Paraná foi instituído formalmente no ano de 2006, a partir da Resolução 28/06 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), a qual estabeleceu a oferta de 30 vagas para o curso, no período noturno, com início da primeira turma no segundo semestre do mesmo ano.

O Curso tem como denominação a Graduação em Serviço Social, na modalidade presencial. O regime de matrícula se faz semestralmente, com entrada anual no segundo semestre. Carga Horária total: 3.430 horas (três mil, quatrocentos e trinta horas), com Integralização curricular mínima de quatro anos (Resolução n.

02/CNE/2007) e máxima de seis anos. Diploma a ser expedido - Bacharel em Serviço Social.

O Setor assume um compromisso, que se reflete no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, de formar profissionais habilitados a investigar e intervir na realidade social local, considerando as dimensões históricas, políticas, econômicas, ambientais, culturais e as especificidades sócio-espaciais das coletividades na perspectiva interdisciplinar fundamentada nos referenciais teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos do Serviço Social.

A UFPR - Setor Litoral, no que tange especialmente o Curso de Serviço Social, traz como principais objetivos (PPC Serviço Social – UFPR Setor Litoral):

- Propiciar aos estudantes e professores, o conhecimento e compreensão das múltiplas expressões da questão social, numa perspectiva interdisciplinar, visando propor ações para seu enfrentamento, tendo como referência para a aprendizagem a realidade do Litoral paranaense;
- Desenvolver o senso teórico-crítico e a capacidade de reconhecimento das transformações sociais que permeiam o mundo globalizado, assim como identificar as desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista e suas determinações nas realidades locais;
- Formar profissionais de Serviço Social capazes de identificar demandas locais e nelas atuar com uma visão de totalidade dos processos sociais;
- Subsidiar os estudantes de Serviço Social no desenvolvimento de habilidades para conceber, planejar, executar, administrar e avaliar políticas e serviços sociais, para realizar estudos sócioeconômicos, assim como prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais.
- Dar ênfase à formação ético-política dos estudantes de Serviço Social, na perspectiva do compromisso com o fortalecimento da participação popular, do controle social e da garantia de direitos civis, políticos e sociais da coletividade.
- Proporcionar a vivência prática dos estudantes nos processos sociais, por meio dos Projetos de Aprendizagem, das Atividades Formativas Complementares e do Estágio Supervisionado;
- Subsidiar a construção de conhecimentos pelos sujeitos do curso, em vários momentos durante a graduação, e em especial, na elaboração do TCC,

orientando a produção para temáticas locais/regionais, atendendo ao compromisso da UFPR com o desenvolvimento social desse território.

O estágio definido como obrigatório no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPC), da UFPR – Setor Litoral, determina uma carga horária de 450 horas, prevista como requisito para aprovação e obtenção do diploma (art 2º, § 1º da Lei nº 11.788/2008).

A Resolução nº 47/10 CEPE, define e aprova o Projeto Pedagógico e a respectiva organização curricular do Curso de Graduação em Serviço Social – Bacharelado da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral.

O Art 8º define de que forma deverão ser cumpridas e contabilizadas as horas referentes ao estágio obrigatório, conforme abaixo:

- I. Participação e cumprimento do Módulo Oficina de Supervisão de Estágio a ser realizado no quinto semestre do curso, totalizando 64 horas.
- II. Cumprimento do Módulo Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social I, a partir da aproximação do/da estudante com a realidade do mundo do trabalho, desenvolvido no 5º semestre do curso, no contra-turno do horário de aulas, totalizando 193 horas, das quais, 33 horas são relativas à supervisão pedagógica, e 160 horas de atividades em campo.
- III. Cumprimento do Módulo Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social II, a partir do desenvolvimento de ações propostas nos projetos de intervenção nos campos de estágio, realizado no 6º semestre do curso, no contra-turno do horário das aulas, totalizando 193 horas, das quais 33 horas são relativas à supervisão pedagógica e 160 horas de atividades em campo.

Durante este processo de formação, o (a) aluno (a) tem a oportunidade de apreender de maneira mais concreta, os três eixos propostos no Projeto Político Pedagógico (PPP) do Setor Litoral da UFPR, que são o de **conhecer e compreender** o cotidiano institucional com as experiências de trabalho desenvolvidas por assistentes sociais (supervisores de campo), bem como de outros profissionais que possivelmente atuem na instituição; o de **compreender e propor** através das observações e vivências buscando um objeto de pesquisa e intervenção dentro do espaço sócio ocupacional e finalmente; o de **propor e agir**, com o desenvolvimento de ações próativas aplicadas nos Projetos de Intervenção.

Considerando as concepções Político-Pedagógicas da UFPR - Setor Litoral e sua flexibilidade curricular, que vislumbram a educação como totalidade concreta, entendendo que sua constituição se dá no conjunto das relações sociais do mundo presente, explanamos abaixo de forma breve, em conformidade com o PPP, alguns desses espaços de formação, que constituem os três eixos de atuação. São eles:

Projetos de Aprendizagem (PA), Interações Culturais e Humanísticas (ICH) e Fundamentos Teórico-Práticos (FTP).

- ICH: Interações Culturais e Humanísticas - se apresenta como espaço para a troca com pessoas da comunidade externa, de outros cursos, de outras realidades e também como possibilidade de síntese e reflexão de sua formação e de seu papel social. Dialeticamente, aqui também se fazem presentes e dialogam entre si, os projetos e os fundamentos teórico-práticos. Portanto, o currículo contempla em seus espaços a educação como totalidade, objetivando superar a proposta fragmentária, da pesquisa, do ensino e da extensão.
- PA's: Projetos de Aprendizagem: realizados por todos os estudantes do Setor Litoral tem por ambiente de estudo e intervenção o litoral paranaense e desenvolvem-se por meio de um processo orientado para identificar, compreender, analisar e propor alternativas técnicas, científicas e humanas em resposta as demandas por melhoria da qualidade de vida da população local. Tais projetos são desenvolvidos ao longo dos cursos, adquirindo maior complexidade e aprofundamento no decorrer do percurso. Sob a mediação constante de um professor, os Projetos dos estudantes são direcionados para as mais diferentes áreas, voltados para a realidade local e integrados à perspectiva da interdisciplinaridade.
- FTP: Fundamentos Teórico-Práticos – Consiste no espaço pedagógico reservado para a teoria e a prática relacionada ao curso, conforme das diretrizes curriculares.

1.2 CAMPOS DE ESTÁGIO

Atualmente o maior índice de áreas de empregabilidade de assistentes sociais, e conseqüentemente, possibilidades de abertura de campos de estágio para o cumprimento da exigência curricular, se encontram no âmbito da Política Pública de Assistência Social para operacionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A intervenção destes profissionais se dá em Programas de Transferência de Renda; Projetos de Geração de Trabalho e Renda; Instituições de

Acolhimento Institucional; Núcleos de Apoio; Política de Saúde (hospitais); Centros de Atendimento Psicossociais (CAPS); Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Associação de Paes e Amigos dos Excepcionais (APAE's) e na área sócio-jurídica.

Nossas vivências no campo de estágio curricular obrigatório foram realizadas no CREAS e na Casa da Criança e do Adolescente (CCA), do município de Guaratuba / PR. Consideramos esta experiência extremamente rica e de suma importância para a compreensão da prática da função, considerando a diversidade de atendimentos acompanhados e observados durante esse período, significando parte fundamental no processo de formação profissional.

Nesse sentido, para compreendermos melhor os serviços oferecidos nestas instituições, entendemos ser importante explicar como se organizam os Serviços Socioassistenciais, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovados na Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, de acordo com os níveis de complexidade do SUAS; e estão dispostos da seguinte forma:

I- ***Serviços de Proteção Social Básica***: destinado às famílias em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS. Tem como principais objetivos fortalecer a função protetiva da família; prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários; promover aquisições sociais e materiais as famílias potencializando o protagonismo e a autonomia das mesmas e da comunidade; promover acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais e setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos; além de apoiar famílias que possuem entre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados.

II- ***Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade***: Trata-se do serviço de proteção e atendimento especializado às famílias e indivíduos em situação de ameaça ou que tenham vivenciado violação de direitos por decorrência de: violência (física, psicológica, negligência e abandono); violência sexual (abuso e/ou exploração); afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da

orientação sexual / raça / etnia); dentre outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações e submissões.

O CREAS, portanto, está inserido neste nível de complexidade – Proteção Social Especial de Média Complexidade, e tem como função e principais objetivos, contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de função protetiva; processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos de acordo com suas necessidades; contribuir para restauração e preservação da integridade e das condições de autonomia dos usuários; contribuir para o rompimento de padrões violadores de direitos e finalmente, contribuir para reparação de danos e prevenir a reincidência dessas violações.

III-Serviços da Proteção Social Especial – Alta Complexidade: se refere ao serviço de acolhimento institucional, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir a proteção integral; devendo garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

A Casa da Criança e do Adolescente pertence a essa classificação de serviços de proteção especial de alta complexidade, já que se trata de uma instituição de acolhimento, na modalidade, Casa lar, para onde são encaminhadas as crianças e os adolescentes que por algum motivo, tenham os vínculos familiares rompidos, por medida de proteção.

Pretendemos apresentar algumas das instituições conveniadas à UFPR Setor Litoral, localizadas nos sete municípios do litoral paranaense, que propiciam a realização dos estágios curriculares obrigatórios em Serviço Social, bem como explanar as determinações exigidas para abertura de campos de estágio obrigatório e não obrigatório no Serviço Social, em conformidade com o artigo 14 da Lei 8662/1993.

Ademais esclarecer que a norma regulamentadora, acerca da supervisão direta de estágio em Serviço Social, deve estar em consonância com os princípios do Código de Ética dos Assistentes Sociais, com as bases legais da Lei de Regulamentação da Profissão e com as exigências teórico-metodológicas das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social aprovadas pela ABEPSS, bem como o disposto na Resolução CNE/CES 15/2002 e na lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Segundo a resolução do CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008, ementa esta que regulamenta a Supervisão direta de estágio no Serviço Social e a Política Nacional de Estágio (PNE) instituída pela ABEPSS no ano de 2010; no que tange as exigências e relações estabelecidas entre Unidades de Ensino, Instituições credenciadas e Graduandos (as), as Unidades de Ensino, por meio dos (as) coordenadores de curso, coordenadores (as) de estágio e/ou outro profissional de serviço social responsável nas respectivas instituições pela abertura de campo de estágio, obrigatório e não obrigatório, em conformidade com a exigência determinada pelo artigo 14 da Lei 8662/1993, tem prazo de 30 (trinta) dias, a partir do início de cada semestre letivo, para encaminhar aos Conselhos Regionais de Serviço Social de sua jurisdição, comunicação formal e escrita, indicando os Campos Credenciados com seus respectivos endereços e contatos; nome e número e registro no CRESS dos profissionais responsáveis pela supervisão acadêmica e de campo, além do nome do (a) estagiário (a) e semestre em que está matriculado.

Considera-se ainda nesta Resolução, estágio curricular obrigatório, aquele estabelecido nas diretrizes curriculares da ABEPSS e no Parecer CNE/CES 15/2002, que deverá constar no projeto pedagógico e na política de estágio da instituição de ensino superior, de forma a garantir maior qualidade à formação profissional. O estágio não obrigatório, definido na lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, deverá ocorrer nas condições definidas na referida lei e na presente Resolução 533/08-CFESS.

Cabe, portanto, aos coordenadores de curso, coordenadores de estágio e/ou outro profissional de serviço social responsável nas respectivas instituições pela abertura de campo de estágio, obrigatório e não obrigatório, juntamente com o supervisor de campo; averiguar e se certificar de que o campo de estágio está dentro da área do Serviço Social e garante as condições necessárias para que o futuro exercício da profissão seja desempenhado com qualidade, competência técnica e ética. Ademais, verificar se as atividades desenvolvidas no campo de estágio correspondem às atribuições e competências específicas previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/1993.

Ainda segundo a Resolução, para a realização do estágio, as instituições credenciadas devem assegurar os requisitos básicos de acordo com as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, tais como, espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do

supervisor de campo para o acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos. (Resolução CFESS nº 493/2006).

A respeito destes requisitos básicos apresentados, considerando nossas próprias vivências durante o período de cumprimento do estágio obrigatório, concordamos com as palavras de Iamamoto (2004), quando se refere às cristalizações de poder contidas nestas instituições e a subalternização do ensino às imposições do mercado de trabalho: “[...] o estágio não pode ser estreitado pelos limites da pura execução, o que suportaria fixar a identidade do aluno como mão-de-obra de baixo custo para os organismos executivos das políticas sociais.” (IAMAMOTO, 2004, p.199).

A qualidade do processo formativo depende diretamente do reconhecimento da importância do ensino da prática, sendo imprescindível a delimitação dos papéis, sendo desta maneira, possível distinguir as atribuições e responsabilidades específicas de cada sujeito envolvido neste processo, seja o supervisor (a) de campo, do (a) professor (a) / supervisor (a) pedagógico (a), estagiário (a) e/ou demais funcionários e equipe técnica que trabalhem na instituição em que se cumpre o estágio; propiciando ao aluno (a) conhecimentos e experiências que venham a contribuir para a sua capacitação profissional.

Neste sentido, percebendo a necessidade de estreitar as relações entre os (as) profissionais que atuam em instituições do litoral do Paraná com a Universidade, em 2010 surge o Fórum de Assistentes Sociais do Litoral do Paraná mediado pelos (as) professores (as) do curso de Serviço Social da UFPR. A partir de encontros mensais e itinerantes com os (as) assistentes sociais da região, cria-se um espaço para se debater as demandas do cotidiano profissional e contribuir como locus de formação continuada a partir da perspectiva da pesquisa-ação.

[...] o Fórum de Assistentes Sociais do Litoral do Paraná provocou o desenvolvimento de processos investigativos sobre: o perfil sociocupacional dos profissionais que atuam na região; a necessidade de mapeamento dos serviços socioassistenciais existentes nos sete municípios do litoral paranaense; e a construção de um diagnóstico social. Outro resultado relevante foi a significativa inserção de alunos/as nos campos de estágio na região, permitindo assim, o desenvolvimento das ações e a elaboração de novas propostas e projetos. (OLIVEIRA et al., 2013, p.106).

Ainda no texto, “Projeto Fórum de Assistentes Sociais do Litoral do Paraná: problematizações da formação continuada via extensão”, parte do livro, “A inclusão,

a inserção, a interação, a investigação...: Os IN(s) da extensão no Litoral do Paraná”, que reúne uma coletânea de sete textos que abordam os objetivos propostos nos projetos que conduziram interações entre a comunidade e instituições locais e a universidade, sobre o enfrentamento da distância entre academia e o cotidiano profissional:

A reflexão interativa a partir das vivências cotidianas, das angústias, conquistas, conflitos tem possibilitado o enfrentamento do isolamento, da imediatez, do sentimento de impotência e de responsabilidade em responder toda a complexidade das demandas postas pelos usuários e instituições. (OLIVEIRA et al., 2013, p.120).

Da mesma forma entendemos que essas demandas são muitas vezes vivenciadas pelos (as) estagiários (as), que compartilham dos mesmos sentimentos de impotência e inquietude a respeito das complexidades dos atendimentos. Neste sentido, se faz necessário um espaço para a escuta e discussões sobre temas pertinentes durante o curso, desvelando possibilidades e estratégias de enfrentamento para estes (as) futuros (as) profissionais, mediante as complexidades e precariedades com as quais se deparam já nos campos de estágio ao acompanhar a atuação dos (as) assistentes sociais.

Relacionamos abaixo, algumas das instituições localizadas nas sete cidades do litoral do Paraná, conveniadas à UFPR Setor Litoral, as quais disponibilizam vagas e oportunidades para realização dos estágios obrigatórios e não obrigatórios, para os graduandos do curso de Serviço Social da UFPR.

Os sete municípios que compõem o litoral paranaense podem ser agrupados em três grupos: os portuários, que são Paranaguá e Antonina; os rurais que são Morretes e Guaraqueçaba; e os praianoturísticos que são Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná. (ESTADES, 2003).

As principais atividades econômicas associadas aos três grupos são: o turismo, a agropecuária, a pesca e o extrativismo vegetal. A atividade portuária merece destaque na região, sendo o Porto de Paranaguá um dos maiores do Brasil e maior exportador de grãos da América do Sul. Para melhor visualização e compreensão da localização dos municípios do litoral paranaense, achamos pertinente incluir um mapa da região no ANEXO 1.

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS À UFPR
COMO CAMPO DE ESTÁGIO NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE.

ANTONINA	Secretaria Municipal de Assistência Social Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)
GUARAQUEÇABA	Secretaria de Saúde - CRAS
GUARATUBA	Secretaria Municipal de Saúde CREAS - CRAS – Novos Horizontes - CAPS – Recomeço Sec. de Bem Estar e Promoção Social - APAE
MATINHOS	Secretaria Municipal de Ação Social UFPR - Setor Litoral - PROA e LABNAPNE Hospital Nossa Senhora dos Navegantes Secretaria Municipal de Saúde APAE - CRAS – Albatroz - Pref. Mun.de Matinhos - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) Tabuleiro - CREAS
MORRETES	Prefeitura Municipal de Morretes - CRAS CREAS - Secretaria Municipal de Ação Social
PARANAGUÁ	CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - Porto dos Padres Unidade de Coleta e Transfusão de Paranaguá Hospital Regional de Paranaguá Secretaria Municipal de Ação Social Secretaria Estadual da Família Prefeitura Municipal de Paranaguá - Secretaria Municipal de Educação - Divisão de Educação Especial INSS - Instituto Nacional do Seguro Social APS/Paranaguá CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) APAE Prefeitura - Secretaria de Saúde/ Centro Municipal de Especialidades Centro Operacional de Medidas Sócio Educativas de Paranaguá 1º Regional de Saúde Serviço Social do Comércio - SESC - Programa Mesa Brasil SINTRAPORT - Sindicato do Porto CRAS - Centro de Referência de Assistência Social "Jesuína Matos da Silva" CADEP-Centro de Avaliação de Diag. Educação. Aval.Psicoeducacional e ONG Ágape Secretaria Executiva dos Conselhos do Estado Sec. Mun. de Ação Social - Abrigos Municipais CAPS FAFIPAR - Programa Pró-Egresso SESC Paranaguá
PONTAL DO PR	Secretaria Municipal de Ação Social - Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Canoas CRAS - Secretaria Municipal de Ação Social e Relações do Trabalho - Centro de Referência de Assistência Social - Ipanema

FONTE: SHUARTZ (2014)

1.3 A CATEGORIA VIVÊNCIA E O ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

O processo de construção desta pesquisa se apoiou na filosofia Diltheiana, que nos oferece o conceito de vivência como símbolo verdadeiro da experiência “plena e não mutilada” da realidade, igualmente “plena e total”.

O artigo de Dilthey – Conceito de Vivência e os Limites da Compreensão das Ciências do Espírito, é comentado por Maria Nazaré de Camargo Pacheco Amaral. A autora também discorre sobre o pensamento de Dilthey em seu Tratado da Realidade (1890), salientando que a vivência, ao encerrar a própria vida é, como esta, “continuamente sua própria prova”, e constitui a zona de limite do conhecimento, ou seja, o último fundamento do conhecimento. Apoiada ainda nos pensamentos do filósofo alemão, ela argumenta que, “[...] a vivência é a própria vida reduzida nas suas proporções mais diminutas e ao mesmo tempo mais fidedignamente representativas do modelo em tamanho original.”. (AMARAL, 2004, p.52).

Dentro desta linha de pensamento, a vivência é elevada à condição de categoria epistemológica fundamental em oposição ao conceito de representação, já que para o autor, ela contém em si as categorias teóricas do conhecimento, como formas da realidade objetiva, e estas por sua vez, em todas suas categorias fazem parte das vivências por constituição.

A partir desta compreensão, realizamos algumas aproximações críticas sobre as vivências durante o período de estágio obrigatório e a inserção destes (as) futuros (as) profissionais em uma relação dialética, a partir de situações concretas, que têm como objeto de estudo as próprias vivências, através da observação e análise do próprio movimento da realidade e suas complexidades.

A bibliografia consultada faz referência à vivência, como sua própria prova que não atinge somente os processos intelectuais da concepção do objeto, mas também os processos afetivos envolvidos na atribuição do valor e os processos volitivos relacionados com o estabelecimento de fins, atuando constitutivamente em unidade de conjunto. O conhecimento estaria dessa forma, ligado à vivência sem reflexão, não tendo nenhuma outra origem e/ou fundamento que não seja a própria vivência. (AMARAL, 2004)

Dilthey, segundo Amaral, descreve em *A Construção do Mundo Histórico nas Ciências do Espírito*:

[...] o ser singular vivencia, pensa, age, sempre em uma esfera comum e somente nela se entende. Tudo que se compreende traz em si, por assim dizer, o marco do que é conhecido a partir de tal comunhão. Nós vivemos nessa atmosfera, ela nos envolve continuamente. Nós somos mergulhados nela. Nesse mundo histórico e compreensível estamos por toda parte em casa, compreendemos o sentido e o significado de tudo, nós próprios somos tecidos nessas coisas comuns. (DILTHEY, apud AMARAL, 2004, p.56).

Estando a vivência vinculada, portanto, a esse “meio de coisas comuns”, compreendemos Hans George Gadamer quando diz que a vivência tem uma estrutura hermenêutica e por isso, se auto-interpreta. (GADAMER, 1965). Isso significa que é em meio a essa atmosfera compartilhada por esses sujeitos sociais que a compõem, que pensamos, agimos, sentimos, desejamos e decidimos em nossa singularidade, e que nossas decisões e ações provêm do fato de co-vivenciar dessas coisas comuns. Ainda, a vivência parece ser o verdadeiro ponto médio entre o universal e o singular, o ideal e o real, uma vez que por constituição carrega em si uma consciência eficaz de sua origem extra-individual. Portanto, ao compartilhar a singularidade de suas vivências, os indivíduos co-experimentam valores, objetivos, emoções, expressões, significados e crenças, participando conjuntamente da criação e construção de um todo que pertence a todos. (AMARAL, 2004).

Correlacionando essa linha de pensamento, buscamos refletir sobre as vivências e os aprendizados que por meio deles se estabelecem, através dos relatos obtidos nas entrevistas sobre as experiências vivenciadas pelas (o) participantes, durante o período de cumprimento dos seus estágios.

Para tratar dos dados obtidos na pesquisa de campo, nos embasamos em Portelli, quando afirma que há uma possibilidade de se instituir uma representatividade qualitativa, quando o tema da narração é a subjetividade. Essas vozes, então tem autoridade porque se baseiam na experiência concreta de um narrador parcial imerso em seu interior. Representatividade quando se trata de textos, não significa normalidade ou média, já que se baseia fundamentalmente, na exceção e na construção textual. (PORTELI, 1996).

Os conteúdos não se medem pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável, não necessariamente

pelo que acontece materialmente com esses sujeitos, mas o que sabem ou imaginam que possa suceder.

Assim, se é este complexo horizonte das possibilidades que constrói o âmbito de uma subjetividade, utilizar entrevistas remete à complexa questão da subjetividade x objetividade, já que todas as fontes orais e escritas vêm carregadas de especificidades, contextos e experiências que devem ser consideradas com igual importância, visto que ao analisar as falas, não buscamos generalizar conhecimentos, muito menos encontrar verdades absolutas.

Nossas vivências durante o período de cumprimento do estágio curricular obrigatório representaram parte fundamental no processo de aprendizado e de compreensão, propriamente dita, da profissão. Inquietudes e questionamentos foram surgindo a partir das vivências ao nos defrontarmos com as realidades trazidas pelos (as) usuários (as) e a constatação de que muitas vezes auxiliar no acesso ao direito não depende somente de um esforço do (a) profissional em se utilizar de todo arcabouço teórico-metodológico que obteve na universidade, tão pouco do domínio de instrumentais técnico-operativos; mas sim de habilidades para lidar com movimentos político-administrativos, concepções equivocadas sobre assistência, e gestões pautadas na cultura do coronelismo e concessão de cargos comissionados.

Mas certamente o aprendizado se faz também através do enfrentamento de dificuldades, talvez sendo estas as principais responsáveis pelas lições mais importantes apreendidas no campo de estágio, como: a necessidade de flexibilidade e articulação; a interlocução entre sujeitos e instituições; desarticulação do sujeito social nos Conselhos Participativos e demais instâncias; e, sobretudo, que esse enfrentamento não deve acontecer individualmente, mas buscando sempre o coletivo daqueles que compartilham das mesmas dificuldades e precarizações do trabalho/instituição.

No capítulo a seguir, ampliaremos as discussões a respeito das vivências e sobre relatos dos (as) entrevistados (as), cotejando respostas e opiniões acerca do tema.

CAPITULO II

VIVÊNCIAS E RELATOS

Para alcançar nossos objetivos, elaboramos questões subjetivas e objetivas que foram respondidas por doze entrevistadas (o), dentre elas, graduandas do curso de Serviço Social turma 2010 e egressas (o) das turmas 2006, 2007 e 2008, todos (as) do Curso de Serviço Social da UFPR Setor Litoral. As questões foram encaminhadas por e-mail, e foram respeitadas as normas da resolução 196/96 relacionadas ao consentimento informado e confidencialidade. As questões estão elencadas no Apêndice 2.

2.1 PERFIL DOS (AS) ENTREVISTADOS (AS)

Consideramos importante delinear um breve perfil das (o) entrevistadas (o), conhecendo assim algumas características pessoais desses sujeitos que responderam aos questionários participando, portanto, desta pesquisa. Para garantirmos o sigilo sobre as respostas, tendo em vista que utilizamos algumas das falas das nossas (o) entrevistadas (o), utilizaremos nas citações codinomes, representados pela letra E maiúscula, seguida de número referido a cada uma delas (e).

Para melhor visualização, dispomos no quadro abaixo as turmas as quais pertencem as (o) participantes, ressaltando que se tratam, todas (o) de graduandas e egressas (o) do Curso de Serviço Social da UFPR Setor Litoral, temos, portanto:

QUADRO 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS (O) PARTICIPANTES POR TURMAS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Turma SS/ANO	Quantidade de Participantes
2006	02
2007	02
2008	03
2010	05

FONTE: A AUTORA (2014)

2.1.2 Características Pessoais

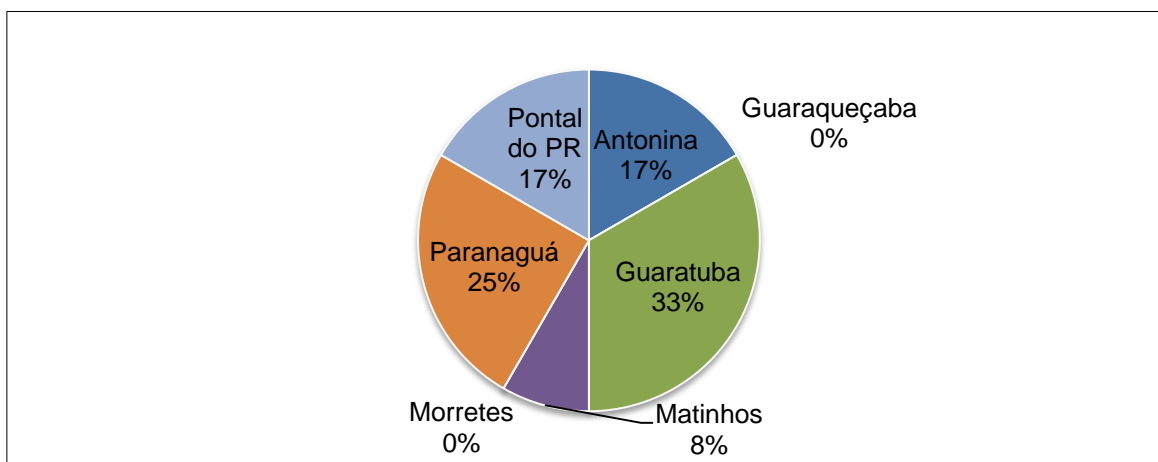
Com relação ao gênero e à faixa etária, de um total de doze entrevistadas (o), tivemos ONZE participantes do gênero feminino, na faixa etária compreendida entre 21 à 36 anos e apenas UM entrevistado do gênero masculino, com 32 anos de idade.

Não por acaso, a quase unânime presença de participantes mulheres, certamente traduz a realidade da maioria dos cursos de graduação em Serviço Social e da profissão em si, cuja identidade historicamente construída é fortemente representada pela maioria de profissionais do sexo feminino. Iamamoto faz um recorte sobre essa questão de gênero em relação ao Serviço Social, se referindo à forte marca do apostolado e messianismo oriundos das origens da profissão, que justificaria inclusive, em partes, os traços de subalternidade e menor reconhecimento social e acadêmico, se comparada a outras profissões de maior prestígio:

Trata-se de uma profissão atravessada por relações de gênero enquanto tem uma composição social predominantemente feminina, o que afeta sua imagem na sociedade e as expectativas sociais vigentes diante da mesma. (Iamamoto, 1998, p.64).

Solicitamos ainda, que as (o) participantes da pesquisa mencionassem os municípios nos quais se localizavam as instituições onde realizaram seus estágios curriculares obrigatórios. Listamos os municípios do litoral paraense para que a leitura dos dados ficasse mais clara e objetiva.

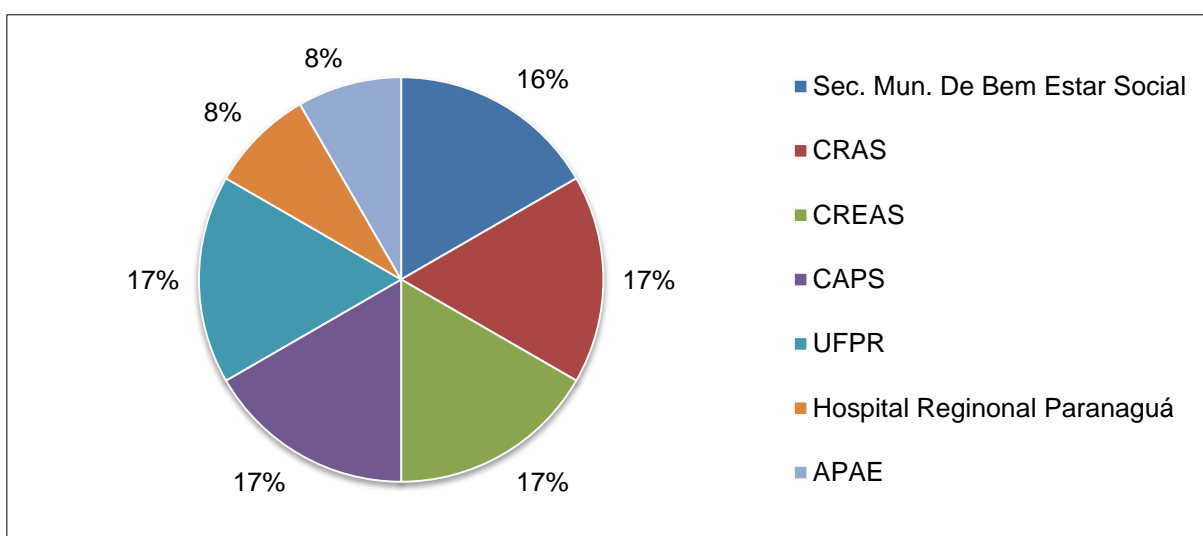
FIGURA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NOS QUAIS OS (AS) ENTREVISTADOS (AS) REALIZARAM SEUS ESTÁGIOS CURRICULARES OBRIGATÓRIOS EM SERVIÇO SOCIAL



FONTE: A AUTORA (2014)

O maior percentual é de 33% representando os estágios realizados nas instituições localizadas no município de Guaratuba. Em segundo lugar, está o município de Paranaguá com 25%. Em seguida aparecem os municípios de Pontal do Paraná e Antonina, ambos representando 17%, cada um. O município de Matinhos aparece com 8%. Já nos municípios de Guaraqueçaba e Morretes não foram realizados estágios, por nenhum (a) das (o) entrevistadas (o) nesta pesquisa.

FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ONDE SE REALIZARAM OS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS



FONTE: A AUTORA (2014)

Temos na figura representada, a distribuição dos locais onde foram cumpridos os estágios obrigatórios pelas (o) entrevistadas (o). De maneira bastante diversificada aparecem estágios realizados em instituições nos âmbitos da Saúde – Hospital Regional de Paranaguá (8%), CAPS (17%), da Universidade (17%) e da Política Pública de Assistência Social, para operacionalização do SUAS – CREAS (17%), CRAS (17%), Secretaria de Bem Estar Social (16%); além da APAE (8%).

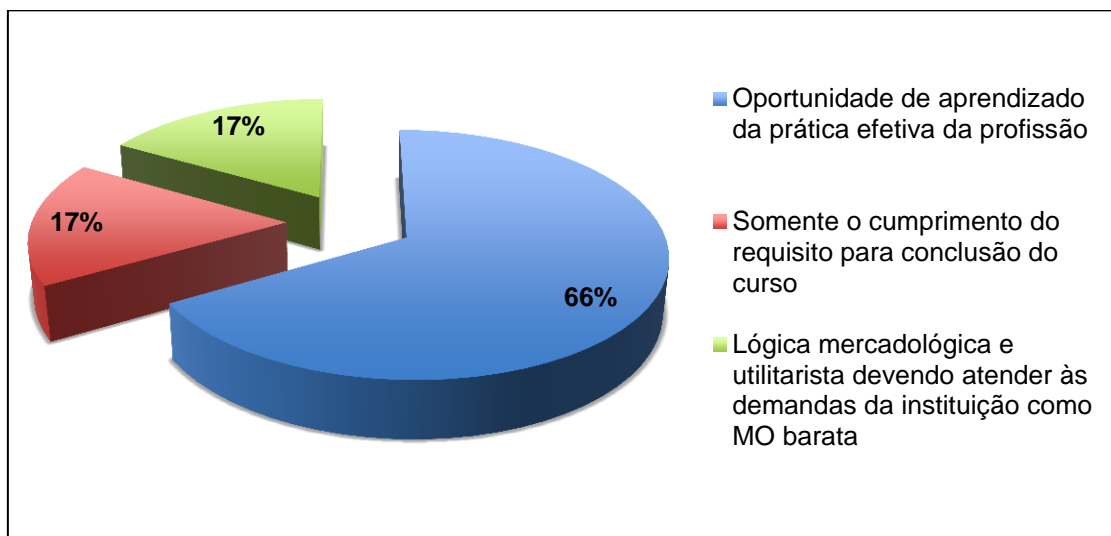
2.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO SOBRE OS DADOS DA PESQUISA

Pretendemos, a partir da análise e interpretação das respostas das (o) participantes da pesquisa, buscar sentidos nestas falas sobre suas vivências, para alcançar a compreensão para além dos limites do que é descrito. Neste contexto, nos identificamos com as palavras de PORTELI, quando refere que a história oral e as memórias:

[...] não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim, um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos, indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que lembrar-nos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, um patchwork, em que cada fragmento (cada pessoa), é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos. (PORTELI, 1996, p.8).

Iniciamos nosso questionário, perguntando às (ao) participantes, qual o significado do estágio obrigatório para formação acadêmica e profissional, apresentamos o resultado da pesquisa, através da figura a seguir:

FIGURA 3 - SIGNIFICADO DA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO PARA AS (O) PARTICIPANTES



FONTE: A AUTORA (2014)

Os resultados mostram que para, 66% das (o) participantes, a experiência de estágio significou uma excelente oportunidade de aprendizado da prática efetiva da profissão, sendo possível durante o período, a aproximação com a realidade profissional, conforme prevê a Política de estágio.

Segundo relato de uma das entrevistadas, a respeito da sua experiência no estágio obrigatório:

[...] foi uma experiência única, pois enriqueceu todo o processo de formação acadêmica. A vivência do estágio foi instigante, compreendeu toda autonomia que até então não era exercida e aprendizados na medida em que íamos propondo projetos, intervindo junto aos profissionais e analisando a política da instituição. Além disso, promoveu o contato direto com os usuários do Serviço Social e estimulou a busca constante por novas leituras que subsidiassem esse processo. (E9, 2014).

Já para 17% das (o) entrevistadas (o), a experiência significou apenas o cumprimento de uma exigência para conclusão do curso. Segundo algumas das descrições feitas por aquelas (e) que escolheram esta opção como resposta, a precariedade e ineficiência de alguns campos de estágio promovem experiências vazias do ponto de vista pedagógico.

Para uma das graduandas participantes, a respeito das principais dificuldades encontradas nos campos de estágio:

[...] Acho que o mais duro é saber que as instituições são ineficientes em muitas vezes, que a rede não funciona como deveriam, que o usuário não tem acesso à muitos direitos, que há vários profissionais ruins, que a política local é suja e que não estamos preparados pedagogicamente para essa realidade, pois o ensino que nos foi dado não é capaz de instrumentar devidamente esse futuro profissional. (E3, 2014).

De outra forma, para os 17% restantes, a experiência de estágio significou uma experiência marcada pela lógica mercadológica e utilitarista que visa atender às demandas institucionais e suprir as carências do quadro de funcionários, utilizando o (a) estagiário (a) como mão de obra barata.

Neste contexto, segundo Iamamoto, a dificuldade em distinguir e delimitar os papéis dos profissionais da instituição e os do aluno-estagiário tem sido a causa de equívocos no processo de ensino.

A autora aponta que isso se justificaria dado à remuneração do estágio:

[...] Referimo-nos à tendência de identificar o discente como um profissional a mais, responsável prioritariamente pela prestação de serviços institucionais, como mão-de-obra especializada barata – que muitas vezes tende a ser utilizada como alternativa à ampliação do quadro técnico das organizações, justificado pela remuneração do estágio. (IAMAMOTO, 2004, p.205).

Mas segundo relato de um entrevistado, tal experiência pode ser vivenciada, ainda que o estágio não seja remunerado.

Em suas palavras:

[...] Há uma quantidade enorme de atividades puramente mecânicas e geralmente burocráticas dentro dessas instituições públicas onde se presta esse trabalho não-remunerado, portanto, escravo, que é absolutamente indesejado. Sendo indesejado por parte do supervisor, o (a) estudante se vê na obrigação de fazê-lo, sob o risco de não conseguir completar essa etapa que poderia ser gratificante, mas que como tudo que é compulsório, se torna tedioso. As dificuldades se resumem na frustração de nos vermos reproduzindo toda essa ladainha ineficaz do Estado e funcionando muitas vezes como bodes expiatórios dentro da máquina do Biopoder. (E8, 2013).

No que tange o processo de formação profissional, nos preocupamos em buscar saber a opinião das (o) nossas (o) entrevistadas (o) a respeito das disciplinas e espaços pedagógicos que propiciariam uma preparação pertinente para o início do estágio e conseqüentemente, para uma formação mais qualificada e completa. Perguntamos a elas (e), quais dos espaços acadêmicos pedagógicos da UFPR

Setor Litoral, poderiam melhor contribuir para a preparação do estudante de Serviço Social.

Foram apresentadas as opções das ICH's, PA's, FTP'S, ou ainda a opção de sugerirem alguma outra possibilidade. O resultado da pesquisa revelou que 59% das (o) entrevistadas (o) acreditam que as FTP's tem maior possibilidade de suprir a carência de conteúdos que sentem no curso de Serviço Social da UFPR. Sobre esse fato, uma das entrevistadas comenta:

[...] Uma das principais dificuldades se deu no campo de orientação pedagógica com referência ao projeto de intervenção, pois faltavam professores para que a mesma pudesse ser feita de forma esclarecedora e viesse a agregar conhecimento de forma ampla. Apesar do período de greve alguns professores se comprometeram ao máximo em passar os conteúdos, porém a grade curricular do curso ainda apresenta muitas lacunas, considerando que tivemos módulos reduzidos se comparado a outras universidades. (E12, 2014).

Ainda sobre esse item, 8% das respostas escolheram os Projetos de Aprendizagem (PA's), como espaço acadêmico pedagógico mais apropriado para se discutir as vivências e se pensar, talvez, em uma melhor preparação no período que antecede o início do estágio obrigatório. Já os 33% restantes, são representados por entrevistadas (o) que escolheram mais de uma das opções apresentadas, acreditando que todos os espaços mencionados tem seu papel na formação acadêmica e poderiam contribuir mais na preparação para os campos de estágio.

Neste sentido, uma das entrevistadas aponta:

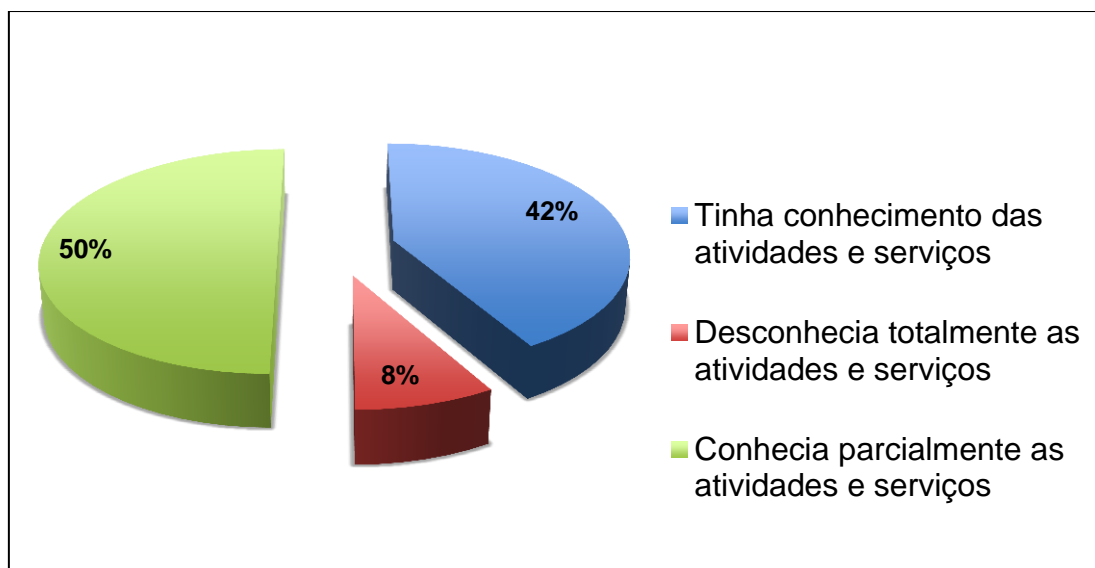
[...] creio que a preparação "pré-estágio" foi defasada, uma vez que fomos para o campo com pouco embasamento sobre o assunto, pouca fundamentação teórica, estimulando o aprendizado somente pela prática. (E9, 2014).

Outra participante da pesquisa tem uma opinião similar a respeito da necessidade de uma maior preparação no período que antecede a saída para os campos de estágio curricular obrigatório e comenta:

[...] O estudante deveria previamente ao estágio, conhecer as instituições, como funcionam ou como devem funcionar, além de entender a atuação do profissional no campo. A orientação ao longo do processo tem que ser efetiva, no intuito de dar suporte pedagógico / psicológico ao estudante imerso dentro de outro universo. (E3, 2014)

Aproveitando este contexto, no qual se menciona o conhecimento dos campos de estágio, ou seja, informações sobre as instituições propriamente ditas, serviços por elas prestados e a atuação específica dos (as) profissionais de Serviço Social nestes espaços; buscamos saber na pesquisa, quais das (o) entrevistadas (o) já tinham conhecimento (parcial / total) ou nenhum, dos campos onde realizaram seus estágios. Neste sentido obtivemos as seguintes respostas:

FIGURA 4 – CONHECIMENTO SOBRE AS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS À UFPR – SETOR LITORAL, PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS POR ELAS PRESTADOS.



FONTE: A AUTORA (2014)

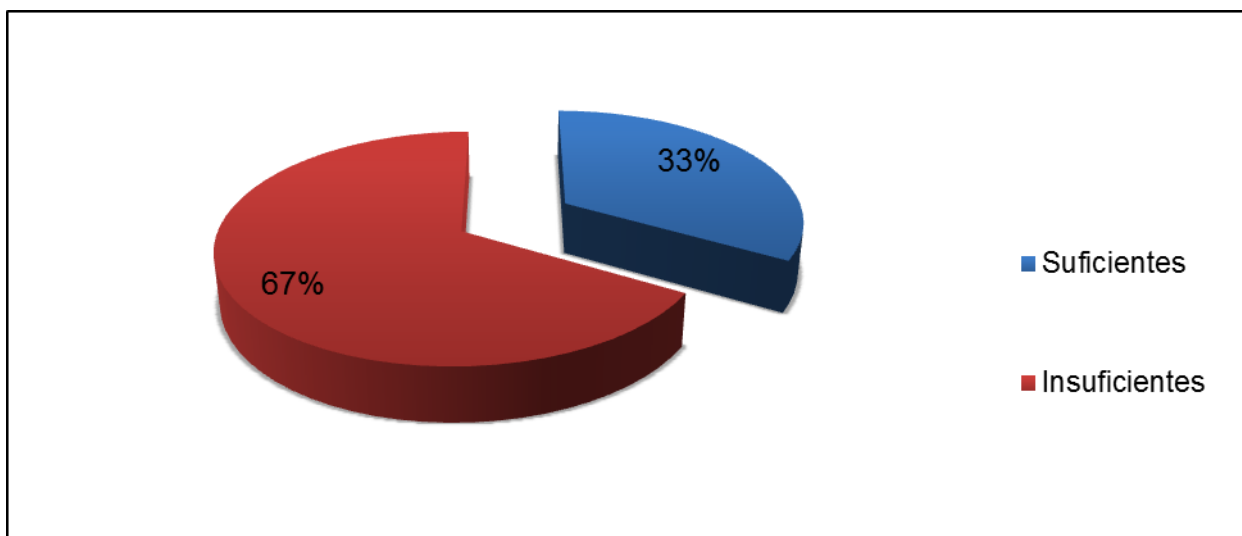
Ao analisarmos o gráfico, constatamos que 50% das (o) entrevistadas (o) conheciam parcialmente as instituições e serviços, ou seja, teriam uma idéia de alguns dos serviços prestados pelas mesmas, mas não sobre a atuação do (a) assistente social naquele contexto.. Por outro lado, 42% das (o) entrevistadas (o), disse conhecer essas instituições e serviços antes do início do estágio obrigatório. E finalmente, 8% dos (as) participantes, disseram desconhecer totalmente os serviços oferecidos nos campos de estágio e de que forma atuam os profissionais de Serviço Social nesses espaços.

Isso posto, perguntamos as (ao) nossas (o) entrevistadas (o), com relação às contribuições das abordagens em sala de aula e atividades desenvolvidas durante o curso de graduação em Serviço Social da UFPR Setor Litoral, que objetivassem um

melhor aproveitamento e esclarecimentos sobre as possibilidades de campos de estágio e atividades neles realizadas; teriam sido suficientes ou insuficientes?

Segue resultado para melhor visualização das opiniões, através da Figura 5.

FIGURA 5 – CONTRIBUIÇÕES DAS ABORDAGENS TEÓRICAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O CURSO A RESPEITO DOS CAMPOS DE ESTÁGIO



FONTE: A AUTORA (2014)

Como é possível visualizar, 67% das respostas apontaram para uma carência de informações e preparação para o início do estágio obrigatório. E, portanto, para os 33% restantes, as atividades e conteúdos abordados em sala, teriam sido suficientes para o bom aproveitamento do período de estágio.

Iamamoto remete algumas considerações a respeito da confusão que se faz entre a preparação para profissão e o que chama de preparação para o emprego. Em sua opinião um projeto de curso deve: apontar para as possibilidades teórico-práticas da profissão apresentadas pela própria realidade, ou seja, contribuir para recriar o perfil profissional do (a) assistente social, indicando e antecipando perspectivas, tanto da elaboração científica quanto na intervenção profissional, de acordo com um “dever-ser profissional”. (IAMAMOTO, 2004, p.164).

Entende-se que a formação em Serviço Social busca contemplar uma base teórica e metodológica, reflexiva do fazer profissional, propiciando o conhecimento crítico da realidade e uma formação pautada em ações propositivas e bem fundamentadas.

Assim, a formação profissional em Serviço Social pode ser entendida como um conjunto de experiências que incluem a transmissão de conhecimentos, a possibilidade de oferecer ao aluno um campo de ação – vivência de situação concreta relacionada à revisão e ao questionamento de seus conhecimentos, habilidades, valores etc., e que possam levá-lo a uma inserção crítica e criativa na área profissional e no mundo mais amplo (BURIOLLA, 2003, p.16).

De acordo com as Diretrizes Curriculares de 1996 o projeto para a formação profissional se materializa em três núcleos de fundamentação: Núcleo de Fundamentação teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Esses três núcleos constituem os eixos articuladores da atual formação profissional em Serviço Social e devem abordar os conteúdos que fundamentam o trabalho profissional.

Este conjunto de fundamentos se desdobra em matérias e disciplinas presentes nos currículos plenos de Serviço Social nas unidades de formação acadêmicas. Algumas das matérias básicas propostas, estão presentes na grade curricular do curso de Serviço Social da UFPR Setor Litoral, ainda que com nomenclaturas diferentes, como: Sociologia, Ciência Política, Filosofia, Formação Sócio – Histórica do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Ciência Política, Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social e Ética Profissional. Já outras, de fundamental importância para a formação e melhor compreensão e superação de dificuldades comumente vivenciadas nos campos de estágio, não estão presentes na grade curricular, tais como: Psicologia, Antropologia e Economia.

Gostaríamos neste momento de considerar o fato de que muitas das experiências de estágio são vivenciadas em campos onde a atuação do (a) assistente social se dá em meio à situações bastante complexas de violência, abandono, exploração e miséria; sobre as quais se configuram problemas de difícil intervenção, seja pela falta de preparação do (a) profissional, pela falta de equipe multidisciplinar ou pela cultura de coronelismo que ainda impera em muitos municípios do país, nos quais os direitos dos usuários são subvertidos pela ordem dos dirigentes.

Neste sentido, nos preocupamos em buscar saber o quão vulneráveis se sentiram as (o) participantes da pesquisa, frente a estes casos de violência, os quais possivelmente tenham presenciado durante as observações feitas nos atendimentos

realizados pelos (as) supervisores (as) de campo, às famílias e indivíduos em estado de vulneração social.

Cabe aqui, compreendermos melhor e diferenciarmos os significados de vulnerabilidade e vulneração.

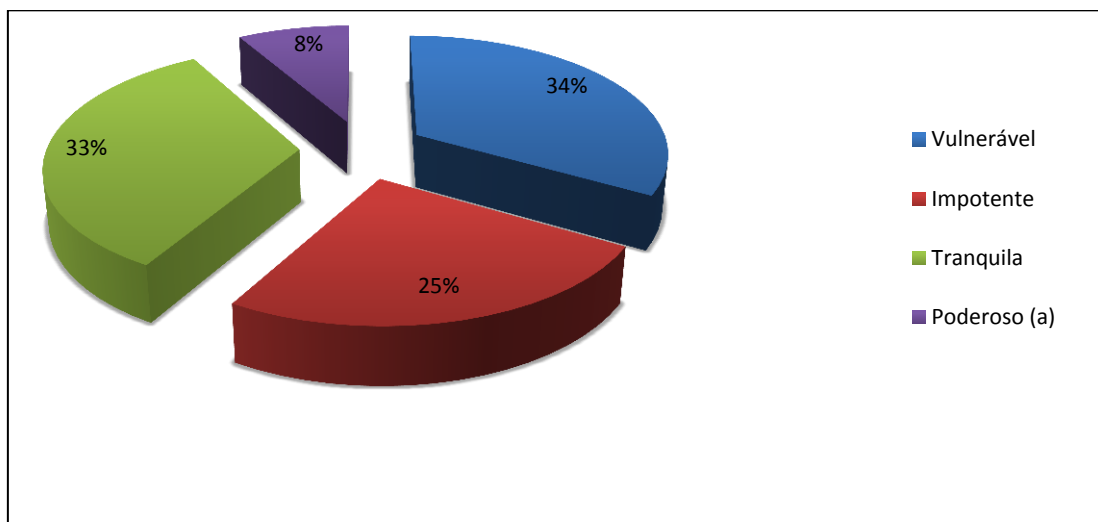
No sentido semântico, vulnerabilidade deriva do latim, *vulnus*, cujo significado é, *ferido*, englobando tanto à dimensão física, quanto à perspectiva social. A Bioética considerava a princípio, vulnerabilidade apenas como a suscetibilidade de ser ferido (a), própria de alguns modos de vida, populações e classes sociais específicas, como pessoas desprotegidas e/ou institucionalizadas e grupos étnicos considerados inferiores, por exemplo. Posteriormente em contextos mais ampliados, incluíram-se outras etnias minoritárias, grupos socialmente desfavorecidos e as mulheres.

No artigo, *Vulnerabilidade e Vulneração: População de Rua Uma Questão Ética*, a autora Marília Sotero aprofunda a discussão sobre o tema, se apoiando nas palavras de Schramm, quando passa a considerar que todos (as) são suscetíveis a ser feridos (as) em algum grau, bastando para isso, estar vivos (as), porém, nem todos são suscetíveis na mesma intensidade. (SOTERO, 2009).

Ainda embasada nas considerações de Schramm, a autora traz o significado de vulneração, definida como uma vulnerabilidade consubstanciada, ou seja, devido ao pertencimento a uma determinada classe social, etnia, gênero, estado de saúde ou condição de vida, esses sujeitos são vulnerados concretamente. Em suma, a distinção entre os conceitos se se daria tendo a vulnerabilidade como potencialidade e vulneração como uma situação de fato.

Neste contexto, apontamos a vulnerabilidade a qual estariam suscetíveis os (as) estagiários (as), no sentido de se “ferirem” mediante o confronto com uma realidade tão complexa e distante daquela que conhecem, ao se aproximarem das histórias e demandas trazidas pelos indivíduos e suas famílias, dentre eles, como é o caso de campos de estágio em instituições que oferecem serviços de média e alta complexidade, pertencentes a grupos em situação de vulneração social.

FIGURA 6 – COMO TERIAM AS (O) ENTREVISTADAS (O), SE SENTIDO FRENTE AS DEMANDAS TRAZIDAS PELOS USUÁRIOS.



FONTE: A AUTORA (2014)

Das (o) doze participantes, 34% responderam que se sentiram vulneráveis em algum momento durante o período do estágio curricular obrigatório. Esse número somado aos 25% daquelas (e) que disseram se sentir impotentes mediante as dificuldades, histórias e demandas trazidas pelas famílias e indivíduos atendidos; resultam num total de 59% das (o) entrevistadas (o) que relataram ter vivenciado sensações de inquietude e emoções conflitantes durante o cumprimento do estágio.

De outra forma, 33% das (o) entrevistadas (o), afirmaram que o estágio foi uma experiência tranquila, dentro dos parâmetros que se espera para a realização de um estágio produtivo do ponto de vista pedagógico. Ainda os 8% restantes, disseram ter experimentado uma sensação de poder que a atuação nos campos de estágio fez emergir.

Considerando o estágio um instrumento de preparação para fazer profissional, buscamos saber junto às (ao) entrevistadas (o), como se sentiram após a realização dos seus estágios curriculares obrigatórios, no que se refere ao futuro exercício da profissão.

Segundo Iamamoto, existem dilemas e falsos dilemas no ensino da prática profissional, período este, no qual emergem indagações na esfera acadêmico pedagógica sobre como proceder ao ensino dessa prática e que direção atribuir-lhe. O ensino da prática profissional não pode reduzir-se à mera reiteração do perfil

profissional consolidado, como também não pode conduzir à diluição das particularidades da profissão na militância política. (Iamamoto, 2004).

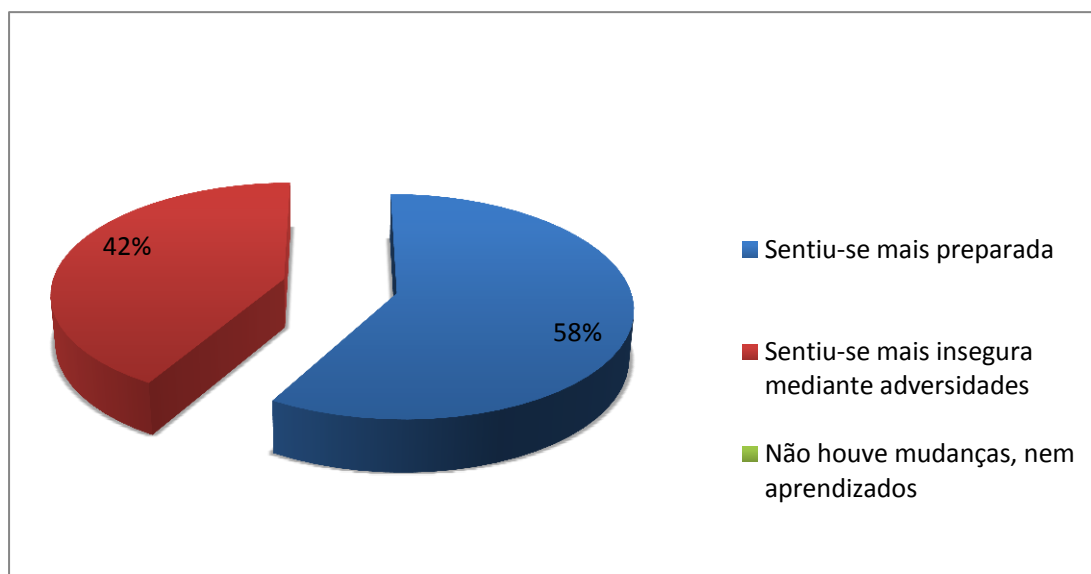
Concordamos com as palavras da autora, quando se refere às realidades vivenciadas nas instituições nas quais são realizados os estágios obrigatórios, que apresentam situações de confronto com muitas das limitações do fazer profissional. Entendemos que a partir destas vivências durante o período de cumprimento de estágio, podem emergir sentimentos como frustração e insegurança nas (os) graduandas (os) do curso de Serviço Social.

Segundo a autora:

[...] o perfil profissional médio predominante é ainda presidido por forte burocratismo, que redundando em ações ritualistas e vinculadas ao discurso e aos propósitos dos centros de poder institucional que os legitimam. Essa legitimação é muitas vezes encoberta por um tom humanitário beneficente que impregna as representações sobre o Serviço Social de muitos profissionais como tarefeiros, “quebra galhos” ancorados nos chamados “limites institucionais”, como salvaguarda de suas precariedades teóricas, técnicas, assim como da ausência de vontade política para modificar o quadro instituído. A institucionalização das ações profissionais e as entidades empregadoras passam a ser vistas invertidamente como “obstáculos” para o exercício profissional, ao invés de pressupostos e condições de trabalho, instigantes da prática criadora. (IAMAMOTO, 2004, p.198).

A partir da figura apresentada abaixo, podemos visualizar o resultado da pesquisa, a respeito de como se sentiram as (o) estagiárias (o) após o término do cumprimento do estágio obrigatório em Serviço Social.

FIGURA 7 – PERCEPÇÕES APÓS PERÍODO DE ESTÁGIO



FONTE: A AUTORA (2014)

O resultado mostrou que 58% delas (e) disseram se sentir mais preparadas para adentrar o mercado de trabalho após o cumprimento do estágio. Já para os 42% restantes, a experiência teria as (o) deixado mais inseguras (o) com a profissão escolhida, mediante as adversidades vivenciadas neste período, tendo em vista as precariedades e dificuldades observadas e constatadas nas instituições referidas.

Finalmente, dada à importância da supervisão pedagógica e da supervisão de campo no processo de aprendizagem, buscamos saber através das questões, sobre como teriam se apresentado para as (o) participantes no período do estágio.

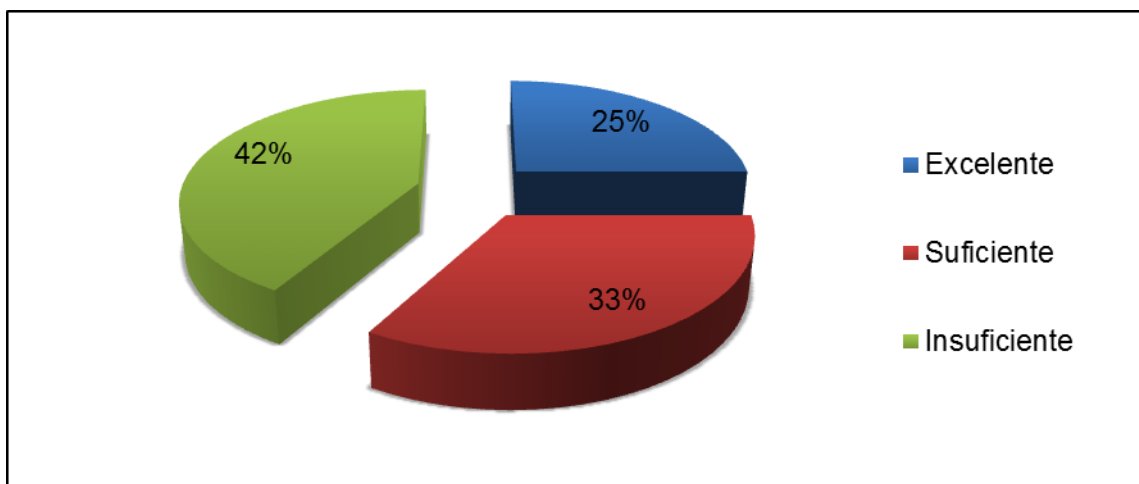
Consideramos nesse momento, a supervisão como a expressão da unidade entre teoria e prática, assim como nos diz a autora, Yolanda Guerra:

[...] Uma unidade dialética e interdependente que pressupõe a contradição, aproximações sucessivas e a construção de saberes. A supervisão comporta a diversidade, ou seja, constitui-se num processo de síntese entre teoria/prática, entendendo-a enquanto unidade indissolúvel, na qual, a partir de um determinado referencial teórico, no enfrentamento das condições concretas do real, serão construídas alternativas e respostas profissionais. (GUERRA, 2009, p.3)

Tratando-se, portanto, de um processo dialético deve objetivar unir um conjunto de diferentes atividades e procedimentos, propiciando a partir de reflexões e problematizações trazidas dos campos de estágio, a escolha de estratégias e instrumentos adequados à complementação do processo pedagógico que se deu a partir da vivência da realidade profissional.

Atentamos à supervisão pedagógica como objeto de estudo em uma das questões objetivas, buscando saber como teriam se mostrado para as (o) participantes da pesquisa.

FIGURA 8 – AVALIAÇÃO DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA SEGUNDO ENTREVISTADAS (O)



FONTE: A AUTORA (2014)

Como é possível visualizar na Figura 8, 42% das respostas apontam para uma supervisão pedagógica insuficiente. Ilustramos esse dado da pesquisa, com a fala de duas participantes da pesquisa:

[...] não houve mediação quanto às questões que instigavam. Houve perda de documentos comprobatórios do estágio, conceitos injustos e nenhuma oportunidade de discussão, apenas a imposição de normas sem oportunidade de argumentação. (E5, 2014)

Com relação à falta de interação e discussão sobre as inquietudes e dúvidas que emergem a partir das vivências nos campos de estágio, entre alunas (os) e supervisoras (es) pedagógicas (os), outra entrevistada expõe uma das lacunas em sua experiência de estágio, onde “[...] a falta de escuta, tanto pela supervisora de estágio quanto a de campo, sendo esse o requisito primordial de nossa experiência.”. (E5, 2014)

Nesta mesma questão, 33% consideraram a supervisão pedagógica suficiente, ou seja, teria contribuído de maneira satisfatória para o aproveitamento do estágio. Já para 25% das (o) participantes, a supervisão pedagógica foi excelente, propiciando discussões e orientações pertinentes às demandas trazidas dos campos de estágio. Segundo relato de uma das participantes:

[...] o estágio oportunizou um crescimento acadêmico e profissional muito significativo. Na fase da aplicação do Projeto de Intervenção colocou-se em prática a autonomia e o protagonismo de fato, onde houve o planejamento das oficinas, a mediação dos diálogos e debates. Foi um período muito rico. (E4, 2004).

Assim, compreendemos que o aprendizado oportunizado pelo estágio curricular obrigatório decorre de um processo de estimular, acompanhar e contribuir na capacitação das (os) estudantes, objetivando a apreensão e interpretação dos espaços sociocupacionais e serviços que neles se efetivam, com a finalidade de analisar e encontrar o modo mais qualificado de operacionalizar a intervenção profissional.

As palavras da entrevistada, portanto, são congruentes ao entendimento de Yolanda Guerra, quando se refere à supervisão:

[...] Ao ser concebida como atividade indissociável do estágio, articulada ao projeto profissional, a supervisão é configurada como lugar que permite uma reflexão sistemática que busca apreender os processos sociais para além da sua aparência imediata. Os encontros periódicos constituem condição indispensável à sua realização, na perspectiva de construir e manter espaços de problematização, reflexão e síntese permanentes. (GUERRA, 2009, p.15).

Buscamos saber ainda, sobre como teriam se apresentado as supervisões de campo, ou seja, aquelas exercidas pelas (os) profissionais de Serviço Social que atuam nas instituições conveniadas que recebem as (os) estagiárias (os).

Ainda nos apoiando nas palavras de GUERRA, nos identificamos quando a mesma infere a respeito da supervisão como uma atividade imprescindível à formação não só acadêmica, mas direcionada para a formação e capacitação profissional permanente que:

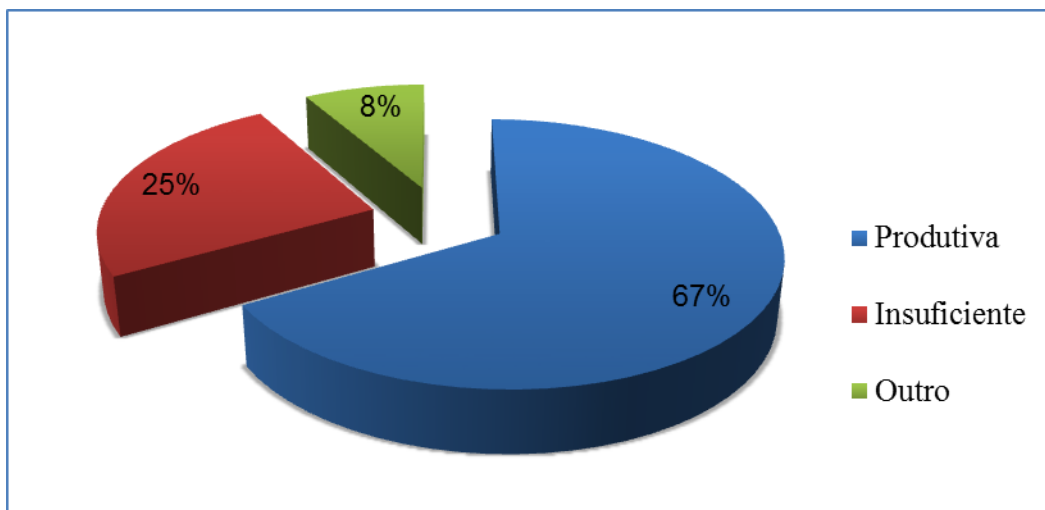
[...] detém a possibilidade de orientar o aprimoramento da intervenção profissional que se realiza por meio da formulação e implementação de políticas e serviços sociais. É um processo de estimular, provocar, acompanhar e contribuir na capacitação de estudantes e/ou profissionais, equipes e executores e/ou formuladores de políticas, programas e/ou projetos a apreender e interpretar, na conjuntura, a particularidade do fenômeno com o qual trabalham, com a finalidade de analisar e encontrar o modo mais qualificado de operacionalizar a intervenção profissional. Em qualquer dessas modalidades há a necessidade de preparação/qualificação de modo que a supervisão passa a ser a mediação necessária na preparação de profissionais aptos a realizar seu trabalho com competência e compromisso na direção da efetivação dos princípios e valores do projeto ético-político profissional. (GUERRA, 2009, p.5)

Assim, pode-se conceber o estágio como um espaço privilegiado para que o (a) aluno (a) amplie suas possibilidades de análise superando a racionalidade imediata e o embasamento em concepções e valores pessoais mediante as situações concretas apresentadas nos campos de estágio. Neste contexto, o

enfrentamento do cotidiano nos campos de estágio, e com ele as expressões da chamada questão social, que se apresentam no dia a dia da profissão, podem identificar e problematizar a alienação e os preconceitos presentes em uma sociedade classista, racista, patriarcal, homofóbica e misógina, como a nossa. O conhecimento sobre essas expressões que permeiam o campo de estágio permite equacionar múltiplas estratégias de intervenção profissional

Demonstramos através da figura a seguir, o resultado da pesquisa na qual as (o) entrevistadas (o) avaliaram suas supervisões de campo durante o período de cumprimento do estágio curricular obrigatório:

FIGURA 9 - AVALIAÇÃO SUPERVISÃO DE CAMPO SEGUNDO ENTREVISTADAS (O).



FONTE: A AUTORA (2014)

Para 67% das (o) participantes a supervisão de campo foi bastante produtiva, proporcionando aproximações efetivas com a rotina profissional, orientando e auxiliando em todo processo de aprendizagem.

Segundo relato da entrevistada, mesmo com algumas dificuldades enfrentadas no início do processo de estágio é fundamental que haja um bom canal de comunicação com a supervisão de campo:

[...] a princípio me deparei com muitas dificuldades por parte da minha supervisão de campo, pois a compreensão de estágio era mínima. Apenas fazia relatórios e serviços administrativos, mas com minhas reclamações e muitas reuniões com minha supervisora de campo, consegui realizar meu estágio de uma maneira proveitosa e me aproximar da realidade da profissão naquele local. (E1, 2014).

A falta de preparo de algumas das instituições conveniadas esteve presente em mais de um dos relatos feitos pelas (o) participantes da entrevista. Essa “falta de preparação” estaria, na maioria dos casos, ligadas a visão deturpada dos profissionais que atuam diretamente na supervisão, bem como de dirigentes responsáveis pela determinação das contratações desses (as) estagiários (as), com intuito de suprir o quadro de funcionários a um baixo custo.

[...] Inicialmente pude vivenciar o despreparo das instituições para receber estagiários, fazendo dos mesmos mão-de-obra barata. A visão dessas instituições era de: “agora temos alguém para colocar os relatórios em dia”. Preparar as instituições para receber esses estagiários seria uma excelente solução e assim definir o papel do estagiário. (E1, 2014).

Um entrevistado vai além e descreve a vivência do estágio como uma experiência conflituosa visto que:

[...] quando se presta um serviço desse tipo, obrigatório e sem remuneração, nos vemos à mercê dos caprichos e excessos por parte do (a) supervisor (a). O estágio pela condição humilhante de quem se coloca como aprendiz dentro desse mecanismo compulsório, abre todo tipo de precedente para situações de abuso de autoridade. (E8, 2014).

Segundo sobre os dados da pesquisa, 25% das respostas apontam para uma supervisão de campo insuficiente, não permitindo a efetiva aproximação com o fazer profissional dentro das instituições nas quais realizaram seus estágios.

Segundo relato de uma das entrevistas a respeito de sua experiência:

[...] Com base nos seis meses vividos dentro da instituição, foi possível perceber que não existia a ética e o profissionalismo dentro do meu campo de estágio, dificultando qualquer situação de intervenção junto aos pacientes... tive dificuldades em realizar os acompanhamentos nos atendimentos dentro do CAPS e o que me era passado, nada tinha a ver com o que o profissional de SS realmente abordava. (E11, 2014).

Os 8% restantes, dizem respeito à opinião de uma das entrevistadas, que apesar de ter considerado sua supervisão produtiva, apontou para a falta de experiência de sua supervisora de campo, sendo a entrevistada a primeira estagiária sob sua orientação. Portanto, classificou a experiência como uma relação de “troca”. Para ela, o estágio dentro da Universidade não possibilita vivenciar muitas das habilidades e competências do (a) profissional de Serviço Social se comparado a

outros campos de estágio, entendendo esse ser um campo de empregabilidade mais restrito.

Nas aproximações feitas com o tema durante a pesquisa, compreendemos que ao se restringir a vivência do estágio ao aprendizado mimético de ações profissionais dentro dos campos de estágio, ou ainda, em uma leitura equivocada de algumas instituições de delegar ao estagiário (a) a exclusiva execução de tarefas cotidianas a fim de suprir a carência do quadro de funcionários a um custo mais baixo, deixamos de considerar a dimensão socioeducativa que estes espaços e as relações que neles se estabelecem, oportunizam.

Isto posto, consideramos que tais vivências e as relações estabelecidas entre estagiários (as), supervisores de campo / pedagógicos e usuários; fazem parte da construção da futura identidade profissional desses (as) alunos (as).

Para Iamamoto, é importante que haja o reconhecimento do componente político-pedagógico da ação profissional, na medida em que a prática contenha essa dimensão socioeducativa e que a qualificação e avaliação durante o estágio, sejam pautadas, não em resultados imediatos e valorização da produtividade do trabalho, mas na capacidade de reflexão sobre essas observações realizadas no cotidiano da ação profissional, capacitando-o dessa forma, a uma postura questionadora e pró-ativa. (Iamamoto, 2004, p.203).

A experiência do estágio curricular obrigatório deve proporcionar ao (a) graduando (a) uma reflexão crítica das ações profissionais nas suas múltiplas dimensões e articulações, e desta forma, capacitá-los (as) através de uma formação/supervisão consistentes, vislumbrando futuros (as) profissionais aptos (as) a exercerem a profissão se utilizando de todo o instrumental apreendido na academia e nas observações nos campos de estágio.

Outrossim, despertar no (a) aluno (a) o caráter investigativo e propositivo da profissão, possibilitando a formação de um (a) profissional capaz de realizar análises críticas e a partir delas, ampliar sua habilidade argumentativa e instrumental técnico profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas reflexões na presente pesquisa centraram-se nas vivências dos (as) estudantes do curso de Serviço Social da UFPR Setor Litoral em seus campos de cumprimento do estágio curricular obrigatório, cotejando os relatos obtidos, com a literatura pertinente. Foi possível perceber através das entrevistas feitas com alunas e egressas (o) do curso, que o período de estágio é compreendido como um espaço de inquietudes, contradições, conflitos; mas também de possibilidades interventivas, necessitando, portanto, de constantes avaliações e orientações, objetivando proposições e novos resultados, que se transformarão em novas ações.

A articulação necessária entre o saber teórico e as aproximações com a atividade profissional não é fácil, existem desafios para a efetivação do estágio curricular conforme está previsto na PNE. Limitações apontadas durante nossa pesquisa reverberam as demandas trazidas pelas (o) estudantes; tais como supervisão pedagógica insuficiente, utilização dos (as) estagiários (as) como forma de suprir o quadro de funcionários das instituições e a falta de oportunidade dentro dos espaços pedagógicos da Universidade para discussão, reflexão e orientação sobre essas demandas.

Alguns dos resultados da pesquisa confirmam a necessidade de um maior número de professores (as) no curso de Serviço Social da UFPR Setor Litoral, sendo este fator determinante para que seja possível a realização das supervisões e orientações de maneira satisfatória, bem como, a articulação e interlocução entre os sujeitos envolvidos neste processo de aprendizagem.

Nas entrevistas emergiram questões como a falta de conhecimento sobre a Política de Estágio e preparação dos (as) profissionais que atuam como supervisores de campo para receber e orientar seus (suas) estagiários (as), sendo este, outro fator apontado como um dos principais responsáveis pelas dificuldades vivenciadas nas instituições. A Universidade e profissionais responsáveis pela definição dos campos de estágio poderiam de alguma forma contribuir para a preparação desses (as) assistentes sociais, visando um melhor aproveitamento deste processo de aprendizagem, que pode e deve, ser compartilhado por todos que dele participam, considerando que esse processo, através do (a) estagiário (a) pode

significar um elo entre a universidade e a instituição, oxigenando idéias, propondo novas perspectivas e reflexões sobre o fazer profissional.

Infelizmente o próprio sistema e a burocracia de algumas instituições conveniadas, com entendimentos equivocados sobre o papel do (a) estagiário (a), ainda que remunerados (as), também se revelou como uma das adversidades vivenciadas pelos (as) estudantes, que se veem muitas vezes, reféns de situações de abuso e exploração no trabalho mediante a necessidade do cumprimento do estágio para conclusão do curso.

Tomando nossa vivência particular, tendo realizado o estágio curricular obrigatório em uma instituição de média complexidade, como o CREAS e de alta complexidade como é o caso de uma Casa Lar, concordamos que há necessidade de se discutir as demandas trazidas pelos (as) estagiários (as) dos campos de estágio, dentro da Universidade; como um instrumento de aprendizagem e orientação sobre o fazer profissional partindo de experiências concretas, vivenciadas e relatadas pelos (as) próprios (as) estudantes.

O percurso do Serviço Social esteve sempre condicionado pelos processos históricos, políticos e ideológicos e seu trabalho é direcionado a indivíduos, famílias e grupos vulnerados socialmente; estigmatizados por uma série de problemas e carências. Portanto, se preocupar com um maior embasamento desses estudantes para lidar com demandas complexas como violência intrafamiliar física e psicológica, abandono, exclusão social, exploração e abuso de múltiplas formas; parece-nos priorizar uma formação mais completa e qualificada para as demandas do mercado.

Além do ponto de vista pedagógico, destacamos o fator emocional mediante as aproximações desses (as) estudantes com realidades de indivíduos e famílias em situação de vulneração social, neste sentido, a imparcialidade e neutralidade são um mito, sendo assim possível afirmar que a exposição desses (as) estudantes a uma vulnerabilidade emocional poderia ser trabalhada, também dentro da universidade com auxílio e orientações pertinentes. No caso da UFPR Setor Litoral, há serviços que poderiam ser disponibilizados com intuito de dar suporte a esses (as) alunos (as), preparando-os (as) mais adequadamente para a realidade a ser confrontada nos campos de estágio.

Atentamos para outro fator abordado na pesquisa, a respeito da possibilidade de um melhor aproveitamento dos diversos espaços pedagógicos da universidade, a fim de proporcionar a troca de saberes e oportunizar discussões a partir dos relatos

das vivências e demandas trazidas dos campos de estágio. Entendemos que essa vivência experimentada no convívio com a rotina da prática profissional, em contrapartida, a constatação de limitações e dificuldades reais da profissão nas instituições, tratam-se de um rico material a ser utilizado como instrumento de aprendizagem.

Ademais a possibilidade de se explorar mais durante o curso, temas como: questões de gênero, violência, SUS, saúde mental, bem como a inclusão de novas temáticas na grade curricular, como Psicologia e Sociologia com viés para as discussões a respeito das mais diversas expressões da questão social; são pertinentes a uma visão mais ampla da formação profissional; podendo-se para tanto, explorar tanto os espaços dentro da universidade como ICH's, Projetos de Aprendizagem, ou ainda, possíveis inclusões de novos módulos/ FTP's na grade curricular, que abordem esses conteúdos. Saídas de campo e aproximações com a realidade e demandas das comunidades e instituições também foram apontadas como fontes fecundas de aprendizado.

A convivência diária com a dor, exclusão, pobreza e violência, ou com dissabores vivenciados nas instituições durante o período de estágio, demonstraram ter revelado às (ao) entrevistadas (o) a dura realidade da profissão, mas por outro lado, as (o) sensibilizou e as (o) encorajou a persistir em busca de uma formação que contemple um fazer profissional que vá de encontro às expectativas e direitos assegurados aos usuários dos serviços socioassistenciais, sentimentos estes, que ficaram evidentes em algumas respostas explicitando a vontade de ser um (a) profissional diferenciado (a) que atenda, sobretudo, às necessidades dos usuários na garantia de seus direitos.

Sendo assim, a realização da pesquisa nos traz a certeza de que a construção do saber profissional e, por conseguinte, a futura autonomia profissional do (a) estudante de Serviço Social, depende da articulação entre a teoria e a prática, estimulando a procura e consolidação de saberes teóricos para analisar e interpretar a realidade. A experiência do estágio permite analisar e experimentar efetivas competências da profissão, no contexto das instituições e a aplicação das políticas públicas pertinentes aos serviços por elas prestados, através da interação com outros profissionais. Validar, portanto essas vivências e buscar novas alternativas para o seu melhor aproveitamento sugerem uma formação profissional mais qualificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

AMARAL, M.N.C.P. Dilthey – Conceito de Vivência e os Limites da Compreensão nas Ciências do Espírito, 2004.

BURIOLLA, M. A. F. Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

BURIOLLA, M. A. F. Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____.O estágio supervisionado. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em Serviço Social. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade. 10ª Ed., São Paulo, Cortez, 2006

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaio Críticos. 7ª Ed., São Paulo, Cortez, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Capacita Suas Volume 1 - SUAS: Configurando os Eixos de Mudanças. Brasília: DF, 2008.

OLIVEIRA, L. Adriana, et al. Projeto Fórum de Assistentes Sociais do Litoral do Paraná: problematizações da formação continuada via extensão. In A INclusão, a INserção, a INteração, a INvestigação...: os IN(s) da extensão no Litoral do Paraná.

MATINHOS, PR:

UFPR Litoral, 2013. 179p.,

PORTELI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, Interpretação e Significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo. Dossie Teoria e Metodologia, v1, n.2, dez. UFF: Relume Dumara, 1996.

SOUZA, Tatiana M. C.; OLIVERIA, Cirlene Ap. H. da Silva; PUCCI, Cléria M^a L. B.
Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 9, Jul. 2010. Políticas
de Estágio e o Contexto do serviço Social

Resolução 522 CFESS - <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. LOAS ANOTADA. Lei Orgânica
da Assistência Social. Brasília: DF, 2009.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência
Social – PNAS. Brasília: DF, 2009.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços
Socioassistenciais. Brasília: DF, 2009.

SOTERO, Marília. Vulnerabilidade e Vulneração: População de Rua uma Questão
Ética
Rev. Bioét. (Impr.) 2011; 19(3): 799 - 817

ANEXOS

ANEXO 1 – MAPA DO LITORAL DO PARANÁ



Fonte: Site – www.guiageo-parana.com

Link: <http://www.guiageo-parana.com/mapas/litoral-turistico.htm>

APÊNDICES

APÊNDICE 1: Correspondência enviada – via internet – para todas (o) participantes da pesquisa.

CARTA-CONVITE PARA PESQUISA

Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral

Graduação em Serviço Social

Pesquisa: ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL - Um olhar sobre as vivências dos (as) acadêmicos (as) da UFPR – Setor Litoral

Caro (a)s Colega(s) e Egressos (as) do curso de Serviço Social da UFPR – LITORAL

Meu nome é Mirna Carriel Cleto, sou estudante do Curso de Graduação em Serviço Social da UFPR e venho por meio desta, gentilmente, solicitar sua colaboração na pesquisa que estou realizando, com vistas a meu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Meu trabalho, intitulado: *ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL - Um olhar sobre as vivências dos (as) acadêmicos (as) da UFPR – Setor Litoral*, trata de pesquisar as diferentes experiências vivenciadas no estágio obrigatório, do curso de Serviço Social da UFPR Litoral. Tem como objetivo refletir e discutir sobre a diversidade das experiências, para contribuir com o aumento de conhecimento na área. Este trabalho esta sendo orientado pela prof. Dra. Nadia T. Covolan.

Este questionário faz parte da primeira parte da pesquisa de campo do referido trabalho. A resposta ao questionário é voluntária e você tem todo o direito de não participar nesta pesquisa. No entanto, estou na expectativa de seu aceite, pois suas respostas poderão clarear essa temática, e a sua participação contribuirá para a ampliação do conhecimento na área.

Toda e qualquer informação coletada nessa pesquisa será utilizada somente para fins acadêmicos. Sua participação é **CONFIDENCIAL**, ou seja, sua identidade ou qualquer forma de identificação **NÃO** serão reveladas em nenhuma hipótese, e as leis regulando tais procedimentos serão seguidas quando os resultados do estudo forem publicados (Resolução 196/96).

Como responsável pela coleta de dados, estarei disponível para esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, no celular: (41) 99996292, email: mirnacarrielcleto@hotmail.com.

Se aceitar participar dessa pesquisa, agradeço o especial favor de enviar suas respostas para o email acima citado, até o dia **25/01/2014**.

CONSENTIMENTO INFORMADO E ESCLARECIDO

Declaro ter entendido os objetivos da pesquisa e concordo em participar.

Participante

Pesquisador (a) – Mirna Carriel Cleto

Orientadora: Nadia T. Covolan

Matinhos, ____ de _____ de ____.

APÊNDICE 2 – Correspondência enviada – via internet – para todas (o) as (o) entrevistadas (o).

QUESTÕES OBJETIVAS

- 1) O estágio curricular obrigatório foi para você:
- () Uma excelente oportunidade de aprendizado da prática efetiva da profissão, dentro do que se prevê nas leis que regulamentam o estágio.
 - () Somente cumprimento do requisito para conclusão do curso, sem a oportunidade de adquirir maiores conhecimentos sobre a profissão.
 - () Um experiência marcada pela lógica mercadológica e utilitarista, devendo atender as demandas institucionais como mão de obra barata
- 2) Considerando as possibilidades de instituições conveniadas à universidade para realização do estágio, a respeito das atividades realizadas e serviços oferecidos nestes locais, **antes de iniciar o estágio curricular obrigatório**, você:
- () Tinha conhecimento das atividades e serviços por elas prestados
 - () Desconhecia totalmente as atividades e serviços por elas prestados
 - () Conhecia parcialmente as atividades e serviços por elas prestados
- 3) Considerando os níveis de complexidade, através dos quais são organizados os serviços socioassistenciais, você realizou seu estágio, predominantemente, acompanhando atendimentos de:
- () Serviços de Proteção Social Básica
 - () Serviços de Proteção Social de Média Complexidade
 - () Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade
 - () Nenhuma das alternativas anteriores (_____)

*mencionar campo e atividade

realizada

- 4) Você, pessoalmente enquanto, estudante / estagiário (a), como se sentiu frente as demandas do campo de estágio:
- ☐ Vulnerável
 - ☐ Impotente
 - ☐ Tranquila
 - ☐ Poderoso (a)
- 5) Ao concluir o estágio você:
- ☐ Sentiu-se mais preparada para o exercício futuro da profissão
 - ☐ Sentiu-se mais insegura mediante adversidades observadas no dia a dia da profissão e que desconhecia antes de vivenciar o estágio
 - ☐ Não houve mudanças, nem aprendizados pertinentes ao exercício da profissão
- 6) Em relação às contribuições das abordagens / aulas / atividades, desenvolvidas durante o curso de graduação em Serviço Social da UFPR – Setor Litoral, que antecederam o início do estágio obrigatório, objetivando um melhor aproveitamento e esclarecimentos sobre os campos de estagio e atividades neles realizadas, você diria que foram:
- ☐ Suficientes
 - ☐ Insuficientes
- 7) Dos espaços acadêmicos pedagógicos abaixo, qual deles poderia efetivamente contribuir/ incrementar / preparar melhor o estudante para o campo de estágio:
- ☐ ICH
 - ☐ PA
 - ☐ FTP's
 - ☐ Outros (qual?)_____
- 8) Com relação à **supervisão pedagógica**, de que forma ela se apresentou durante seu período de estágio?
- ☐ Excelente
 - ☐ Suficiente
 - ☐ Insuficiente

9) Com relação à **supervisão de campo**, de que forma ela contribuiu para sua formação profissional?

() Produtiva, proporcionando aproximações com a rotina profissional, orientando e auxiliando durante todo processo de aprendizagem.

() Insuficiente, não permitindo aproximação/observação durante o processo de aprendizagem

() Outro: _____

QUESTÕES SEMIESTRUTURADAS - ENTREVISTA

- 1- Nome / Pseudônimo
- 2- Idade
- 3- Gênero
- 4- Turma Serviço Social / Ano _____
- 5- Campo / Instituição onde realizou o estágio obrigatório
- 6- Uma palavra que definiria sua vivência de estágio. Fale um pouco sobre essa vivência.
- 7- Considerando sua experiência pessoal no campo / instituição em que realizou seu estágio obrigatório, qual a principal contribuição para sua formação profissional?
- 8- Quais foram as principais dificuldades e / ou adversidades vivenciadas neste período?